



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE A EDUCAÇÃO DE
PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

RAYSSA RAMOS DE ARAÚJO

BRASÍLIA, JUNHO DE 2011.

RAYSSA RAMOS DE ARAÚJO

**REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE A EDUCAÇÃO DE
PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dr. Sônia Marise Salles Carvalho.

Comissão Examinadora:

Profa. Dr. Sônia Marise Salles Carvalho(orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Bianor Domingues Barra Junior
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília-DF, Junho de 2011.

RAYSSA RAMOS DE ARAÚJO

**REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE A EDUCAÇÃO DE
PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dr. Sônia Marise Salles Carvalho.

Comissão Examinadora:

Profa. Dr. Sônia Marise Salles Carvalho(orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Bianor Domingues Barra Junior
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília-DF, Junho de 2011

HOMENAGEM

Em honra à minha família, pelo apoio infinito e dedicação ao longo de toda a minha jornada, não só acadêmica como pessoal, dedicando e até mesmo abdicando do seu tempo para propiciar que esse momento, graduação, pudesse ser finalmente concretizado.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Patrícia e Marcone, que com imensurável paciência me auxiliaram por toda a minha vida, em todos os momentos sem exceção, sejam vivências prazerosas e agradáveis, sejam situações conflituosas e difíceis. Por antes até de mim mesma acreditarem na minha capacidade, e por fim me encorajarem a concluir o curso. Pela dedicação financeira, por custearem toda a minha graduação, abdicando de sonhos pessoais, para que enfim pudesse me graduar. Dedico toda uma vida de sucesso aos meus pais e por principalmente nunca terem desistido, quando eu mesma gostaria de tê-lo feito.

À minha irmã, Rayane, que vivenciou toda esta luta e esteve sempre presente.

Aos amigos que me propiciaram os melhores e maiores momentos de descontração, aos horários intermináveis de almoço no Restaurante Universitário da Universidade de Brasília, ao incentivo e apoio à minha decisão de ingressar em outro curso e me auxiliarem sempre que acreditei ser impossível a conciliação de duas graduações. Aos momentos que realmente valeram a pena... de risadas, piadas, fofocas... afinal, nem só de estudos vive o homem.

A professora Dr. Sônia Marise Salles Carvalho, pela orientação e pela paciência em ler e reler todo meu projeto e por realmente possibilitar a concretização do mesmo.

Aos alunos da Classe Especial, na qual fiz o estágio, que me fizeram crescer profissional e pessoalmente. Por aprender a vencer as inúmeras barreiras do preconceito e da diferença não só física como social. Por terem, enriquecido e dado vida e forma ao meu trabalho de conclusão de curso, por meio das vivências e experiências diárias e por me mostrarem o real sentido de ser pedagogo.

E a todos aqueles que se identificam comigo na luta por uma sociedade mais justa no que diz respeito à luta pelo fim do preconceito de qualquer forma, seja ele por diferença física, intelectual, cultural, social.

ARAÚJO, Rayssa Ramos. *Processo de Socialização do Aluno Portador de Necessidade Educacionais Especiais*, Universidade de Brasília/ Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), 2011.

RESUMO

Esse trabalho final de curso é uma reflexão sobre a importância da inclusão na Educação Especial, a partir de estudos da temática.

A abordagem do tema assume uma perspectiva crítica, relacionando-a com a inclusão social, na perspectiva da Economia Solidária. Nessa perspectiva, a Educação Especial reafirma-se como uma possibilidade de conquista de emancipação e transformação da realidade social, desmistificando a concepção que acreditava que o cidadão com necessidades especiais tinha pouca ou nenhuma chance de constituir-se como um sujeito com capacidades profissionais e sociais.

Os capítulos referem-se ao histórico da Educação Especial, seus avanços e desafios. Percebemos que a sociedade capitalista ainda permite a exclusão e o desrespeito aos direitos à dignidade e integridade desses cidadãos.

Diante desta realidade e pensando em uma sociedade inclusiva e acolhedora das necessidades especiais dos indivíduos e ciente da incapacidade de uma educação que atenda as reais necessidades desses alunos, no presente trabalho lanço mão de minhas experiências e vivências práticas com a Educação Especial, a fim de refletir e demonstrar a importância de uma educação para a formação emancipadora dos educandos, onde os mesmos tenham a oportunidade de descobrir que é possível construir um mundo melhor, menos desigual, mais humano.

Palavras-chaves: Educação Especial, Educação Inclusiva, Economia Solidária.

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos...(Art. 1º)” Declaração Universal do Direitos Humanos (1948)

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
PARTE I MEMORIAL	13
MINHAS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: RELEMBRANDO OS PEQUENOS DETALHES DE GRANDE IMPORTÂNCIA	13
NO INÍCIO.....	14
MEUS PAIS, MEUS MESTRES.....	17
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO: DESAFIOS E CONQUISTAS	18
A CONQUISTA DE UM LUGAR NA UNB	22
UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA COMO FONTE DE CONHECIMENTO.....	23
REVISITANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA	24
PARTE II MONOGRAFIA	26
A SOCIALIZAÇÃO E A INCLUSÃO DO PNEE NA EDUCAÇÃO E NA SOCIEDADE	26
INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO 1	29
CAPÍTULO 2	35
CAPÍTULO 3:	42
CAPÍTULO 4	50
CONSIDERAÇÕES	57
PARTE III PERSPECTIVAS PARA A MINHA ATUAÇÃO APÓS A GRADUAÇÃO	59
REFERÊNCIAS:	61
ANEXOS.....	63
CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM SALA DURANTE O PERÍODO DE ESTÁGIO	63

APRESENTAÇÃO

Entende-se hoje que a Educação Especial é o ramo da educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escola para surdos, escola para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência mental. Atualmente, a referida modalidade de ensino deve se realizar tanto fora como dentro do sistema regular de ensino, priorizando a segunda alternativa. Nesta abordagem, as demais necessidades educacionais especiais que não se classificam como deficiência, não estão incluídas. Assim, Educação Especial é uma educação organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais, sem segregá-los, sem isolá-los do convívio escolar e social e visa uma futura emancipação, dentro do possível devido às deficiências do aluno, situação essa possibilitada pela educação inclusiva.

A Educação Especial denomina tanto uma área de conhecimento quanto um campo de atuação profissional, que necessita de uma grande bagagem de conhecimentos no assunto para que se torne possível a realização de um bom trabalho na área da Inclusão Escolar. De um modo geral, a Educação Especial lida com aqueles fenômenos de ensino e aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular, porém tem entrado na pauta nas últimas duas décadas, devido ao movimento de educação inclusiva.

Entendendo por Inclusão o ato ou efeito de incluir, o conceito e objetivos da educação inclusiva ganhou maior notoriedade a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca. Tal documento ressalta entre outras ideias, a visão de que as crianças com necessidades educacionais especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. Para isto, todo o sistema regular de ensino precisa ser revisto, de modo a atender as demandas individuais de todos os estudantes.

O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade especial. Do ponto de vista pedagógico, esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto, com igualdade de oportunidades para todos e respeito à diversidade humana e cultural. Inclusão não pode significar adequação ou normatização, tendo em vista um encaixar de alunos numa maioria considerada “privilegiada”, mas uma conduta que possibilite o “fazer parte”, um conviver que respeite as diferenças e não tente anulá-las.

Para que a inclusão se faça no seu sentido mais amplo e completo, é necessária a participação ativa e efetiva de todos os envolvidos, desde os pais, os alunos, o corpo docente, os colegas de classe e toda a instituição envolvida no processo de aprendizagem do aluno. Porém, muito se comenta da inclusão e somente se aborda o fato de incluir o aluno, permitir que ele faça parte do ambiente escolar regular, deixando de lado a inclusão social que também deve acontecer, concomitantemente à inclusão escolar desse aluno, que além de incluído, deve ser preparado para fazer parte do mundo ao qual se encontra. Deve na medida do possível ser capaz de trabalhar, sustentar-se, produzir, ser e sentir-se útil e enquadrar-se na atual conjuntura do mundo capitalista e globalizado do qual faz parte desde o momento de seu nascimento; devendo este ser o real fim da educação proposta aos alunos com necessidades educacionais especiais: além de não segregar, não excluir o aluno portador de necessidades educacionais especiais, propondo uma emancipação por parte do aluno que deverá ser capaz de viver em sociedade da forma mais autônoma possível, por meio da economia solidária.

Os estudiosos do campo traduzem que a economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital, um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. A sociedade e seus sujeitos devem evoluir sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos, advindo o próprio bem como consequência.

Dessa forma, a economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. Dentro da economia solidária deve haver “espaço” para os que, além de problemas sociais, têm problemas físicos ou mentais, os portadores de necessidades especiais, mais especificamente, os portadores de necessidades educacionais especiais.

Nesta perspectiva, esta pesquisa se apropria dos estudos da Economia Solidária em que os dados da reflexão deste trabalho foram coletados em uma escola pública do Distrito Federal, Sobradinho II. Para a realização de tal trabalho, este estudo será desenvolvido dentro de uma abordagem da pesquisa do tipo qualitativa. O interesse não está em definir variáveis e “medi-las”, mas sim, entender como a realidade é

construída pelos sujeitos, percebidos como atores sociais.

Segundo David (2005), na pesquisa qualitativa trata-se de captar o pensamento e a expressão daqueles mais diretamente envolvidos na problemática que queremos estudar. Dentro dessa perspectiva, o papel do pesquisador passa a ser o de observador que consegue captar, interpretar e redigir a informação, de forma que os outros possam “vivenciar” a experiência. Necessita estar próximo do que as pessoas falam, porém devidamente distanciado para não interferir a realidade com os próprios problemas e emoções.

Portanto, esta linha oferece respostas mais completas, pois possibilita analisar mais que números e resultados objetivos; permite focalizar as pessoas, cenários e grupos, compreendendo-os e levando em conta o quadro de referências delas próprias.

Afinal, o Sistema Capitalista já tem por natureza o ato de excluir, de delimitar o espaço do tido como bem sucedido. O que dizer então da pessoa com necessidades especiais que já é naturalmente e injustamente excluído por grande parte da sociedade? O objetivo, portanto, é uma reflexão crítica do papel do profissional da educação que vai atuar com essa categoria de alunos, de forma a além de incluí-los, emancipá-los, oportunizando a integração no mundo, no trabalho.

A leitura teórica acumulada nas disciplinas relativas ao aluno com necessidades educacionais especiais, em especial “Avaliação Educacional do PNEE” com o professor Bianor Domingues permitiram construir uma linha de pensamento que aborde o assunto, além de lançar mão de minhas experiências práticas com a Educação Especial. A partir dessa relação teoria e prática, o presente trabalho foi organizado em três partes.

A **primeira parte** consta de um memorial socioeducativo, por meio do qual exponho toda a minha trajetória escolar e pessoal. Momentos que foram decisivos para a minha formação acadêmica, mesmo antes da escolha do curso, ou até mesmo do ingresso na vida escolar, pois minha formação começou no momento em que nasci, por meio do meu cotidiano, das minhas relações afetivas, das vivências de vida. Construo e continuo esta trajetória até o meu ingresso na Universidade de Brasília no curso de Pedagogia. Acrescento também minhas experiências pessoais com a educação especial, por meio do estágio, fato que teve grande influência na escolha do meu tema de conclusão do curso.

A **segunda parte** do trabalho no qual abordo “A socialização e a inclusão do aluno com necessidades especiais na educação e na sociedade”, procuro apresentar um

referencial histórico que nos permitirá acompanhar como se deu o processo de consolidação da Educação Inclusiva no Ensino Especial da Escola Pública Brasileira.

A **terceira e última parte** do presente trabalho consiste em uma breve produção sobre as minhas perspectivas de atuação profissional como pedagoga, com reflexões acerca dos meus projetos futuros decorrentes de uma trajetória sólida e consciente, possíveis ambientes e espaços de atuação. Enfim, perspectivas “pós graduação”.

PARTE I
MEMORIAL

**MINHAS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: RELEMBRANDO OS
PEQUENOS DETALHES DE GRANDE IMPORTÂNCIA**

MINHAS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: RELEMBRANDO OS PEQUENOS DETALHES DE GRANDE IMPORTÂNCIA

NO INÍCIO...

Antes mesmo de começar a contar a minha história, é de extrema importância que eu fale sobre a história de outras duas pessoas, que fizeram tudo isso possível: Patrícia Ramos de Araújo e Marcone de Araújo Lopes. Minha mãe, Patrícia, nasceu no dia 25 de abril de 1972 em Taguatinga. Ela, filha de pais humildes que trabalhavam na roça e que apesar do belo trabalho realizado, sentiam-se desvalorizados e assim desacreditados em um futuro melhor para a prole. Situação que fora felizmente contornada, conseguindo se formar no Magistério, Segundo Grau. Começou a dar aula em uma escola particular de Sobradinho, uma vitória para a família. Meu pai, Marcone, nasceu no dia 11 de fevereiro de 1966, no Piauí, São Raimundo Nonato, filho de pai comerciante e mãe merendeira da escola onde ele estudava. Integrante de uma família de muitos filhos de uma cidade interiorana do nordeste, onde o estudo nem sempre era a prioridade e as dificuldades financeiras intensas, não concluiu o Segundo Grau. Cresceu, seguiu a profissão do pai e tem uma loja de comércio automotivo.

Em meio aos encontros e desencontros da vida, um morando no Piauí, outro em Sobradinho, por acaso acabam se encontrando e constituindo uma família no Distrito Federal. A história de como meus pais se conheceram eu nunca entendi bem: sei que tudo aconteceu rápido, em pouco tempo já estavam casados e em menos tempo ainda esperavam um bebê, menos de um ano após o casamento, situação que minha mãe desvia e também não explica direito e se quiser vê-la corar a face, e é fazer a comparação tempo de gestação, nascimento, casamento. Mas isso não importa. O que valeu foi o fruto dessa história: Minha mãe grávida e ainda com traços de menina tanto no físico como na mente, com apenas dezoito anos e meu pai com vinte e três. O casal, na época, não tinha uma vida econômica estabilizada e foram morar na casa da minha avó. A escolha do meu nome é bem engraçada, uma vez que esse nome já tinha dono, um primo, mas como nascera um menino, minha mãe pediu licença à dona anterior e decidiu:

_ Minha filha se chamará RAYSSA!

Curioso é que apenas a algum tempo atrás, eu tive a oportunidade de

conhecer o “ex dono” do nome e foi uma situação cômica, pois devido a brigas de família, meu avó e a família da madrinha da minha mãe, esses se afastaram por um bom tempo: esse pessoal mais antigo que vivia da roça, costumava levar a sério demais brigas por terra.

Nasci no dia 27 de junho de 1991, às 9:30 horas, no Hospital de Sobradinho, DF, depois de um parto difícil e demorado, com uma mamãe chorona, assustada, inexperiente e cheia de medos, expectativas e amores por um bebê de 3,450 quilos, também chorona e já demonstrando vivacidade, curiosidade e esperteza para enfim desvendar o mundo.

Neste mesmo ano, minha mãe fora aprovada no concurso público da Secretaria de Educação do Distrito Federal, séries iniciais, carregando ainda muita ansiedade e medo com as novas jornadas, mãe e professora da qual me orgulho muito pela profissional que tem sido ao longo dos anos, e assim acredito ter sido fundamental em todos os aspectos da minha criação: Minha mãe logo que terminou o magistério começou a trabalhar em uma instituição de ensino privada. Em seguida, passou no concurso da Secretaria de Educação do Distrito Federal além de uma vitória foi um alívio, pois agora teria como garantir um futuro melhor para a família e em especial a filha que estava esperando.

Moramos por um tempo na casa da minha avó e, posteriormente, na casa dos meus padrinhos, a quem serei eternamente grata, pois me estimularam, mesmo sem saber, a seguir a profissão que escolhi para ser a minha, em especial meu padrinho, o que vou contar mais adiante. Meus pais decidiram que estava na hora de lutar e conquistar uma casa, e para tal começaram a procurar um lote. Lembro-me de ficar em cima de um pé de pequi enquanto meus pais capinavam o lote para que fosse possível iniciar a construção, eu como não entendia a seriedade da situação achava divertidíssimo, e assim conseguimos nosso cantinho para morar.

Desde cedo, era levada para a sala de aula, o ambiente de trabalho da minha mãe, ora para participar de algum momento cultural ou festividades rotineiras; já me vesti de Charles Chaplin, de palhaço, de sertaneja, de sulista, me sentindo “a aluna”; outras vezes ia para a escola porque a babá faltava e não tinha com quem ficar, mas o que importa é que eu adorava ficar perto da mãe, era paparicada pelos alunos e participava das atividades escolares, “falando pelos cotovelos”, como minha mãe dizia, dando risadas e gritos estridentes. Então, rapidamente já estava frequentando o Jardim I. Ainda assim, dava umas escapadas para a sala da mãe, que sempre atuava na

alfabetização e quando me via com os olhos grandes, ralhava, brigava, mas também abraçava, arrumava a franja esvoaçada dos meus cabelos finos, lisos e na época loiros, loiros, voltando para a minha sala com as mãos cheias de lanches dos alunos que não cansavam de me bajular.

Dessa forma com tanta vivência com o universo escolar, assistindo o trabalho de alfabetização da minha mãe, com cinco anos de idade, começara a ler e ousar nos registros escritos. Vivia perturbando a professora para aprender a escrever com letra cursiva, onde a professora dizia que ainda não estava na hora, que os outros colegas da classe precisavam de mais preparo e a sensação era que estava perturbando a professora, afinal numa turma de escola pública, geralmente, a alfabetização mais acelerada não era comum para aquela turma.

No jardim III, minha mãe resolveu assumir a minha turma e o meu processo de alfabetização se consolidou com mais autonomia: eu lia tudo, fazia cartinhas, bilhetes e mensagens e turma toda atingiu bons resultados. Adorava cantar com a turma na entrada da escola, brincar no parquinho, escolher as brincadeiras sempre carregando a liderança nas interações diárias: montava as apresentações, organizava festinhas e momentos culturais e por algumas vezes arrumava confusão para a “mãe-professora” que me acompanhou até a primeira série. Depois fui para a rede particular, fiz uma prova para ver se acompanharia, já que a diretora dizia ser necessário por eu ter vindo da rede pública de ensino, mas deu tudo certo; continuei organizando os grupos, inventando apresentações, ganhando muitos amigos e arrumando algumas situações conflituosas. Até hoje guardo o caderno daquele ano, e escrito em letra cursiva como eu tanto queria.

Retornei para a rede pública na 4ª série, pois minha mãe fez questão que eu estudasse com o professor Edson, o meu padrinho. Ah, esse foi inesquecível: a escola era simples, antiga e até precisava de umas reformas, o referido professor tinha muita autoridade e não dava moleza. Cobrava a leitura na frente da turma, o dever de casa diário, a tabuada na ponta da língua. Mas ao mesmo tempo ensinava o conteúdo de forma dinâmica, prazerosa e diferente. Com ele, aprendi a andar de perna de pau, a plantar, colher e comer os legumes da horta na merenda escolar, a apreciar a literatura infantil brasileira, o livro “Cazuza” de Viriato Correia, nunca vou esquecer suas aventuras e até desejo relê-lo; aprendi ainda a assistir e realizar experimentos científicos, a assistir o “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, a ouvir música clássica, a entender fatos da física que me são lembrados e reutilizados até hoje. Considero a quarta série,

um dos anos em que mais cresci como aluna e como pessoa.

Naquele mesmo ano decidi que queria estudar no colégio militar e comecei a estudar para poder participar no processo de seleção. Acredito que pela falta de maturidade não consegui dedicar-me o tanto necessário nem mesmo dispensei a devida seriedade que tal processo de seleção exigia, mas continuei estudando em minha cidade.

MEUS PAIS, MEUS MESTRES

Há duas pessoas que além de meus pais são meu maiores e primeiros professores, pois me ensinaram a viver. Acredito que todo o processo de ensino-aprendizagem inicia-se antes mesmo de a criança nascer; a partir das emoções e sensações que compartilha com a mãe durante a gestação.

Tenho plena consciência de que os pais são de fundamental importância na formação social da criança, o que interfere diretamente em praticamente todas as escolhas futuras do indivíduo, fato que se reflete na escolha da carreira que muitas vezes tem como norma, seguir a dos pais. Às vezes eu e minha mãe refletimos sobre a minha escolha por cursar Pedagogia. Acredito que a influência da minha mãe, mesmo que inconscientemente, foi considerável, afinal como já relatei, desde muito pequena, o contato com a escola foi grande: quando não tinha com quem ficar, pois meus pais trabalhavam, a solução encontrada por minha mãe era me levar com ela para a sua sala de aula. Portanto, desde sempre tenho experiências diretas com o ambiente formal escolar. Era paparicada por todos os alunos, por ser a filha da professora e tinha como momento preferido a hora do lanche, pois fazia uma verdadeira feira, ganhava lanche de todos os alunos.

Devido a falta de alguém pra ficar comigo, entrei na escola muito cedo e como grande parte dos alunos, chorei bastante nos primeiros dias. Estava acostumada com escola, mas a sala de aula da minha mãe e não a sala de aula da tia em que eu não era mais a filha da professora e sim uma aluna como qualquer outra.

Aprendi a ler em pouco tempo, e como de costume, sempre fui bastante agitada em sala de aula, sempre propondo atividade e festinhas para todos os tipos de comemorações. E assim foi até a quarta série do Ensino Fundamental. Situação que na quinta série foi rapidamente podada.

Aos quatro anos, nasceu minha irmã e sempre a usei de “cobaia”: eu era a professora e ela a aluna: passava atividades, dever de casa, trabalhos e não durou muito, ela cansou, mas já estava alfabetizada. Até mesmo a escolha do nome da irmã tem

relação com escola. Tinha uma colega que tinha o mesmo nome e era loira dos olhos claros e eu acreditava que se minha irmã tivesse o mesmo nome teria os mesmo traços físicos. Claro que minha irmã não nasceu loira dos olhos claros, mas nasceu linda do mesmo jeito.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO: DESAFIOS E CONQUISTAS

Já estudei em várias escolas de Sobradinho na minha cidade: públicas e particulares. Porém, somente na oitava série é que a escolha da escola não foi motivada por mim, e sim por questões financeiras. Meu pai trabalhava como gerente em uma loja de equipamentos automotivos, com um salário razoável e perdeu o emprego. Como não estávamos esperando, foi um grande susto que teve como consequência imediata mudarmos, eu e minha irmã, para uma escola pública. De início eu não gostei, mas não sabia da importância que tal fato teria na minha vida pessoal. Aprendi a ser mais humilde, o que eu definitivamente não era, aprendi a lutar e fazer por onde ter conquistas significativas. Conheci amigos, os melhores amigos, que trago comigo até hoje. A própria escolha do curso teve grande influência dessa época.

Quando do início do Segundo Grau, continuei em escola pública, onde a desorganização pedagógica era clara. Portanto, acredito não ter tido o preparo necessário para a conquista de uma boa nota na primeira etapa do PAS (Programa de Avaliação Seriada). Além do sério problema que já descrevi, essa nova escola não foi como a primeira, da oitava série, não fui tão bem aceita e nem fiz tão grande amigos. Acho que nem tenho saudades, não sei se devido ao fato da minha oitava série ter sido inesquecível ou se porque não fui tão bem aceita, ou ainda pela falta de objetivos, falta intensa de professores.

Meus pais, como sempre, lutando para melhorar as condições não deixaram em nenhum momento de fazer por onde e as condições aos poucos foram melhorando. Na Segunda Série do Ensino Médio voltei a estudar em uma Instituição privada de ensino e acabei por reencontrar alguns amigos da minha tão inesquecível oitava série. Senti alguma dificuldade em matemática, pois a professora de matemática do primeiro ano do Ensino Médio realmente deixou muito a desejar. Pela primeira vez tive que fazer aulas particulares, uma espécie de reforço escolar e aos poucos a defasagem foi diminuindo e não fiquei com pendência em nenhuma disciplina.

Desde a sétima série, fiz curso de inglês, o que teve muitos aspectos positivos, pois me destacava em língua estrangeira na escola, e me tornei uma grande

amiga do professor de inglês, um dos melhores que já tive. Acredito que como consequência dessa amizade, me apaixonei pela língua e por ensinar a mesma: comecei a dar aulas em um cursinho, era professora de inglês, na época estava prestes a fazer dezessete anos, o que no início me deu medo, pois como professora era a mais nova entre os alunos de uma das turmas que dava aula. Tal fato no final das contas não foi problema, pois rapidamente fiz amizade com todos os alunos e me apaixonei pela arte de ensinar.

Logo em seguida, coloquei um “aviso” na padaria do meu condomínio e comecei então a dar aulas particulares, uma espécie de acompanhamento escolar, o que faço até hoje e tem grande importância e contribuição na minha formação acadêmica, com todas as experiências que adquiri.

Na segunda etapa do PAS, minha nota teve um aumento significativo, o que acredito ser consequência de uma melhor preparação.

No terceiro ano continuei nessa mesma escola e resolvi que estava na hora de realmente me empenhar em estudar para o PAS. Iniciei um cursinho preparatório para o PAS, três vezes por semana e me dediquei mais à escola.

Desde muito cedo tenho uma rotina atarefada: ensino regular e formal, o Ensino Médio, dar aulas em cursinho e em casa, e por fim, cursar um preparatório para o PAS. A minha nota da terceira etapa foi a maior de todas as etapas, uma vitória.

Minha vida escolar foi sempre um reflexo da minha vida pessoal, inclusive as notas. Passei por muitas escolas, o que acredito ter sido importante, pois tenho grande facilidade em fazer amigos, me relacionar e me comunicar. Faço, portanto, uma retrospectiva das escolas que já estudei e suas peculiaridades:

1. Escola Santa Rita de Cássia

Primeira escola em que estive formalmente matriculada. Foi no maternal, e como esperado, não me adaptei com facilidade, pois pra mim o ambiente escolar tinha relação direta com a sala de aula da minha mãe. Era um berreiro a aula toda e minha mãe resolveu que ainda não estava na hora de estudar em uma instituição de ensino regular.

2. Jardim II de Sobradinho

Como não me adaptei no maternal, quando estudei no colégio Santa Rita de Cássia, fiquei o restante do semestre sem estudar, e como não tinha com quem ficar no horário de trabalho da minha mãe, a mesma resolveu que deveria tentar de novo, e fui matriculada no Jardim I de Sobradinho. Minha mãe me levava para a escola, estudava

no turno vespertino e minha avó me buscava no fim da tarde. Chorava desde a hora que me deixavam na escola, até a hora que me buscavam, e mais uma vez não me adaptei e saí da escola.

3. Escola Classe 05

A Escola Classe 05 era a escola em que minha mãe trabalhava e como eu não podia ficar sem estudar, pois não tinha quem ficasse comigo no horário de trabalho da minha mãe, a mesma acreditava que se eu estudasse mais perto, a adaptação seria mais fácil, e então fui matriculada. Acabou o “chororô”, porém sempre durante os horários de intervalo, eu ia para a sala da minha mãe e fazia uma verdadeira feira, pois recebia lanche de quase todos os alunos.

4. Instituto São José

No segundo período, como as condições financeiras já haviam melhorado, meus pais decidiram me matricular em uma Instituição privada, acreditando em uma maior qualidade. E como era de se esperar, sai de perto da minha mãe e não me adaptei novamente, fazendo com que meus pais me tirassem da escola.

5. Escola Classe 13

Quando completei sete anos, não cabia mais desculpas, estava na hora de definitivamente entrar na escola e de forma mais séria e responsável.. Como já havia uma gama de experiências, minha mãe achou melhor me dar aula e assim foi. Minha professora da primeira série foi a minha mãe. Foi um dos melhores anos, em todos os aspectos: era a minha mãe e era uma excelente professora, o que contribuiu significativamente na minha formação.

6. Colégio Santo Elias

Após um ano estudando com a minha mãe, meus pais me mudaram para o Colégio Santo Elias de Sobradinho, e lá estudei na segunda e terceira séries com a Tia Margareth e a Tia Ivete.

7. Escola Classe 07

Na quarta série, meu padrinho por coincidência pegou uma turma de série igual e meus pais me mudaram para essa escola para que eu pudesse ter aula com ele. Na turma estudávamos eu e mais dois primos, pois é tradição da família passar por esse professor; posteriormente minha irmã e outros primos também estudaram com ele. Foi um ano inesquecível, em que eu tive as melhores aulas e adquiri conhecimento e experiências de grande importância para a minha vida profissional, mesmo sem saber o iria escolher no futuro. Aprendíamos ciências através de um programa chamado “O

Mundo de Bieckman”, em que um homem, um rato (Lester) e uma assistente (Laísa) faziam as mais variadas experiências, que sempre eram reproduzidas por nós alunos. A literatura era apreendida por meio de histórias do Monteiro Lobato, em especial a série do Sítio do Pica Pau Amarelo e Emília no País da Gramática, em que resulta em um sonho particular que tenho de colecionar os livros do Monteiro Lobato. Líamos também Cazusa, um livro fantástico, que pretendo reler. Aprendíamos a fazer Educação Física, no sentido mais literal da palavra. Fazíamos o bambolê, a perna de pau, enfim os nossos brinquedos. Foi um ano ímpar.

8. Instituto São José

Depois da inesquecível quarta série, voltei a estudar em escola privada e lá cursei a quinta, sexta e sétima séries do Ensino Fundamental.. Durante a quinta série, era aluna destaque em todas as disciplinas e assim foi até o final da sexta. No final da sexta comecei a namorar, ou assim achava, pois só tinha 13 anos e tenho certeza que deixei os estudos para um segundo plano, acredito que até mesmo por falta de maturidade, ou mesmo por passar por mais uma fase conflituosa da famosa adolescência. E esse “namoro”, durou até o final da sétima série. Passei a sexta e a sétima na maior parte no corredor da sala de aula, mas enfim, depois de muitos puxões de orelha, consegui recuperar as notas.

9. Centro Educacional 01

Nesse ano, oitava série, meu pai perdeu o emprego e a primeira consequência foi a mudança para uma escola pública. No início não gostei da ideia, mal sabendo que no plano pessoal seria o melhor ano do Ensino Fundamental e Médio. Fiz os melhores amigos, porém no que diz respeito à conteúdo, não foi tão bom quanto, em específico em matemática, fiquei com uma defasagem que logo depois se fez sentir em dificuldades. Porém as amizades que fiz, compensam e duram até hoje.

10. Centro Educacional 03

A Escola Classe 01 só tinha o Ensino Fundamental, então tive de mudar de escola. Fiz o primeiro ano do segundo grau no Centro Educacional 03, foi o ano mais complicado. Em termos de adaptação, tive grandes problemas, pois não consegui me entrosar com a turma, não sendo bem aceita. E no que diz respeito a conteúdo, não foi proveitoso o que teve consequência direta na minha nota do PAS. Porém o ano passou rápido e logo meu pai conseguiu abrir um comércio próprio, as coisas melhoraram e eu voltei a estudar em escola particular.

11. Colégio La Salle

Conclui o meu Ensino Médio numa escola de Sobradinho. No segundo ano comecei a trabalhar, dando aulas de inglês em cursinho e no terceiro, aulas particulares em casa, o que com certeza influenciou na escolha do curso.

A CONQUISTA DE UM LUGAR NA UNB

Quando chegou a terceira etapa do PAS, já estava na hora da escolha do curso superior e tinha de fazer a minha opção e o primeiro critério que usei foi a nota de corte dos cursos, pois não acreditava ter tirado uma boa nota. Como segundo critério, e não menos importante que o primeiro, a influência da minha mãe que sempre atuou na área da educação de forma magnífica.

O resultado da UnB saiu no fim de janeiro, acredito que todos têm de passar por essa sensação uma vez na vida: ver o seu nome na lista de aprovados numa universidade pública é uma experiência indescritível, é acreditar que valeu todo o estudo de uma vida até o presente momento; mas também vem a dúvida de ter escolhido o curso certo, o que logo vence com o orgulho de poder estudar na Universidade de Brasília. Realmente são muitas sensações ao mesmo tempo são inúmeras situações tão opostas e tão próximas ao mesmo momento. No mesmo dia, tratei de sair com os amigos pra comemorar.

Garanti uma vaga na UNB, com as avaliações do PAS. A felicidade foi grande, os anseios enormes, o desejo de conhecer a famosa Universidade de Brasília onde estou até então e neste exato momento fazendo este memorial para a minha pesquisa científica de conclusão de curso, a tão temida monografia.

Em 2010, iniciei o curso de Direito e mesmo com a tentativa da minha mãe solicitando que eu optasse por um dos dois cursos superiores, decidi cursá-los conjuntamente. Confesso que a conciliação dos mesmos não tem sido fácil, às vezes parece ser impossível, mas não me arrependo e nem desisto. Acredito que um curso vá complementando o outro

O meu interesse pelo tema da monografia ocorreu no estágio do Projeto IV cuja escola era perto da minha casa e foi a que me aceitaram para a realização do estágio. É numa escola inclusiva e, portanto, tive um contato mais próximo e real com esses alunos especiais, pois já admirava o trabalho da minha mãe que é intérprete de LIBRAS e atualmente trabalha em uma sala com alunos com os mais variados graus de comprometimento. Iniciei o estágio nessa escola por convenção de horário, porém me apaixonei pela causa dos portadores de necessidades especiais e daí começou essa longa

trajetória, que tem sistematização nessa monografia e que não tem fim em si mesma, pois quero praticar o que descobri e continuo descobrindo, e contribuir com a causa da inclusão educacional e social.

Durante o período de UnB, me tornei uma pessoa extremamente crítica e observadora da sociedade, característica de alunos de instituições públicas que não se nota facilmente nas privadas que são por muitas vezes tolhidos.

Apesar de desde muito cedo ter o contato com o ambiente escolar, por meio do curso de Pedagogia, pude sistematizar e entender o que sempre observei na prática, e acredito que toda mulher, como provável mãe deveria cursar Pedagogia, pois a mesma propicia o entendimento da criança nos seus mais amplos universos e não somente no ambiente escolar. Pude começar a entender os princípios de grandes mazelas da sociedade e buscar no meu particular mudar alguma coisa, participando de movimentos voluntários, que acredito que apesar de pequenos tiveram grande significância para os que de alguma forma foram afetados e/ou beneficiados.

Com Pedagogia e a UnB aprendi a ser mais humana e crítica, o que levarei comigo para toda a vida e em todas as situações da mesma.

UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA COMO FONTE DE CONHECIMENTO

Iniciei minha prática em sala de aula em um curso de inglês. Por ser uma turma de língua estrangeira os alunos não eram nivelados por idade, mas sim por conhecimento, o que trazia uma grande variedade de experiência e vivências dos alunos. Comecei com duas turmas, uma exclusiva com crianças e outra em que o aluno mais novo era mais velho que a professora.

Foi interessante porque aprendi a necessidade de se planejar diferentes aulas pra um mesmo conteúdo com público alvo distinto. Com as crianças a aula era mais lúdica, havia filmes, músicas, jogos e diversos atrativos que prendessem a atenção dos mesmos, pois se dispersavam com grande facilidade, até porque a maioria estava estudando outra língua por imposição dos pais e não por opção particular.

Dei aula durante o segundo e terceiro anos, parando somente após a aprovação da UnB, por motivo de incompatibilidade de horário. Foi um período em que desenvolvi bastante o meu inglês e acredito ter aprendido tanto quanto aos sete anos de curso que fiz em língua inglesa. Havia uma maior seriedade com a disciplina, uma maior obrigatoriedade.

Também no Ensino Médio, comecei a dar aulas particulares, uma espécie de acompanhamento escolar, que compreendia todas as séries do Ensino Fundamental. Essa prática foi de grande importância, pois tive uma grande variedade de alunos e nessa mesma época tive contato com meu primeiro aluno tido como especial. Meu primeiro grande desafio nessa área. Gostaria de falar um pouco mais desse caso em específico e vou chamar esse aluno de Yan.

Yan começou a pegar aula particular aqui em casa: foi o meu primeiro aluno. De todos os alunos que já tive, este foi um dos mais dedicados, era impressionante o seu esforço. Porém, o que não conseguia entender era o fato de seu esforço não condizer com as suas notas, que em geral não eram boas. Minha mãe, que é professora, sugeriu à mãe dele que conversasse com a professora. A professora encaminhou o Yan para um acompanhamento psicológico e por fim concluiu-se que ele tinha déficit de atenção. Após a constatação de tal déficit, o aluno teve melhora significativa, pois começou a ter um acompanhamento especializado.

REVISITANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Meu contato com os alunos com necessidades educacionais especiais no estágio, os estudos confrontados com teóricos da área no curso de Pedagogia e os momentos em casa socializados com comentários e reflexões, a partir das experiências por minha mãe, propiciaram em mim um olhar sobre essa temática aqui abordada.

Durante os projetos III e IV tive a oportunidade de amadurecer o meu tema da monografia, em especial o Projeto IV fase “a” em que fiz o estágio obrigatório e tive o meu primeiro contato direto e profissional com os alunos com necessidades especiais. Após o término do período de tal estágio, fui convidada pela coordenação da escola para continuar trabalhando na mesma, porém agora como monitora da “Escola Integral”, projeto do governo que tem como objetivo fornecer escola em período integral aos alunos, em que fiquei responsável pela parte de literatura dos alunos deficientes.

Agora é tão clara e urgente a necessidade da inclusão social; não adianta insistir numa educação excludente e discriminatória, ainda mais com alunos com necessidades educacionais especiais, que merecem um olhar especial, com práticas pedagógicas adequadas, crédito em suas potencialidades por parte de toda a comunidade escolar, professores, família e sociedade como um todo.

Muitos desses alunos precisam apenas de incentivo, de oportunidade, de sentirem-se capazes. É nesse momento que temos de refletir sobre como estamos

contribuindo com esse processo; o que estamos reforçando, atitudes a favor da inclusão ou repetindo ações de injustiça social, negando a este aluno o direito de se sentir e ser cidadão de fato? O mais gratificante é ver o orgulho e a satisfação estampada no rosto de cada um deles, a alegria de sentirem-se capazes de participar, de interagir, de aprender, de viver de forma digna.

Essa transformação educacional e social requer muito mais que mudar de postura; exige reflexões profundas de paradigmas: processo demorado e por vezes dolorido, árduo por parte de todos os envolvidos nesse processo; do próprio aluno tão desestimulado, rotulado, engessado socialmente, da família despreparada e desinformada, da escola com ideais antiquados e excludentes da sociedade omissa e injusta que finge não ver a quem está servindo. Afinal, o aluno interioriza os rótulos que depositamos sobre eles, temos que ser éticos e conscientes.

Como bem afirmou Vygotsky (1925), a educação se faz pela interação entre seus sujeitos e não pela exclusão e, portanto, a escola deve permitir a construção de uma relação de ensino e aprendizagem a partir do respeito mútuo, de sonhos e projetos de vida, do crédito num mundo melhor e mais justo, onde todos tenham o mínimo de dignidade para exercer sua cidadania e autonomia.

E assim, as minhas concepções e a própria prática vão sendo moldadas pelo estudo e pesquisa e reflexão constantes. Mas quando se refere à educação especial e à inclusão social, pela sensibilidade e desejo de tentar, de recriar e acreditar no outro, sentimento que vem sendo lapidado ao longo de minha convivência com estas pessoas que têm o desejo de aprender, de se sentirem úteis; desejo este impresso em cada olhar, em cada gesto de alegria e agradecimento, como se não fosse direito deles aprender, viver e ser de forma digna.

O meu grande orgulho é saber que posso ajudá-los a enxergar o mundo com outros olhos, com um olhar mais crítico. Mas o que me deixa radiante é saber que mesmo de maneira sutil e singela nossas histórias, nossas origens e experiências têm algo em comum. É muito bom ver nos olhos dos meus alunos que eu sou uma deles, que o saber sistematizado que possuo não serve de barreira para nos distanciar, ao contrário é o que nos une em um desejo único de construir um mundo mais justo.

PARTE II

MONOGRAFIA

**A SOCIALIZAÇÃO E A INCLUSÃO DO PNEE NA EDUCAÇÃO E
NA SOCIEDADE**

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi pensado dentro de uma perspectiva atual, baseada na inclusão social na qual a Educação de alunos com necessidades educacionais especiais quando aliada aos princípios e fundamentos da Economia solidária atuam diretamente na conquista da emancipação, no rompimento com a situação de exclusão que reforça o descrédito e submissão desses alunos a tratamentos discriminatórios, desumanos e excludentes. A sociedade capitalista na qual vivemos é responsável por gerar mazelas incalculáveis especialmente as classes menos favorecidas. A Economia Solidária vem como uma reposta significativa destas classes marginalizadas contra as marcas sociais desumanas do sistema capitalista especialmente sobre o mundo do trabalho.

Segundo a ONU há cerca de 500 milhões de deficientes no mundo e 80% vivem em países em desenvolvimento. A OMS (Organização Mundial de Saúde) estima que no Brasil existem 16 milhões de pessoas portadoras de deficiência, representando 10% da população. Esta análise refere-se às pessoas portadoras de deficiência bem sucedidas em termos profissionais, aqui entendida como aqueles que conseguem um posto no mercado formal de trabalho. Essa questão nos remete às políticas públicas existentes, que visam garantir um lugar no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência.

Este trabalho busca repensar a educação especial nos moldes que atualmente é oferecida em diversas instituições, inclusive na Escola Lócus de minha pesquisa, onde pude realizar um estudo de reflexão em torno das questões da economia solidária. Situar os alunos da modalidade de Ensino Especial dentro dos princípios defendidos pela economia solidária, incitando-nos a repensar e refletir sobre a situação de exclusão a que atualmente estão impostos, é mais um passo na conquista da emancipação humana. Além do que a lei reserva de dois a cinco por cento das vagas das empresas com mais de noventa e nove empregados aos beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências habilitadas. Caso a empresa tenha menos de cem trabalhadores, só há a obrigação se houver previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

A Economia Solidária na sociedade brasileira tem contribuído na formação de uma sociedade mais humana, justa e igualitária. Com o intuito de abrir espaço para o trabalho com os indivíduos numa perspectiva de emancipação e conquista de autonomia através da realidade dos mesmos e da reformulação de concepções e valores que lhes foram preestabelecidos.

Buscamos ao longo do trabalho desenvolvido com os alunos especiais: introduzir os princípios básicos da Economia Solidária; fornecer elementos aos mesmos para a introdução e sensibilização do tema, Economia Solidária; trabalhar com o resgate e percepção dos educandos em relação as suas condições sociais; refletir sobre a questão do trabalho nas sociedades atuais; propiciar uma reflexão crítica em relação à sociedade capitalista e suas contribuições para as desigualdades sociais; conhecer e refletir sobre a Economia Solidária, observando as experiências e relatos de pessoas que trabalham na perspectiva da Economia Solidária; verificar, refletir e debater sobre a realidade em que vivemos observando as diferentes formas de viver dos grupos sociais.

A abordagem metodológica utilizada para atingir os objetivos acima descritos, consiste em Oficinas Temáticas sobre Economia Solidária realizadas com o grupo de educandos que acompanhei durante o estágio numa escola pública inclusiva de Sobradinho DF, instituição que atende entre outras clientelas, alunos com necessidades educacionais especiais.

Antes de iniciar as Oficinas Temáticas busquei construir um histórico da Educação Especial no Brasil, tentando perceber como se deu o processo de consolidação dessa modalidade de ensino, e principalmente buscando identificar equívocos que deveria evitar e acertos que devia perpetuar. Estudei também o histórico da própria instituição de Ensino, buscando identificar quais os pontos interessantes de uma proposta de educação filantrópica e que aspectos ainda precisam ser para a consolidação da oferta da Educação Especial que se efetive no seu sentido real e mais amplo de integradora e inclusiva. Construir, ainda um levantamento teórico dos princípios e fundamentos da Economia Solidária que deveriam fundamentar e nortear a minha atuação junto a este grupo.

Após todo esse estudo teórico, arregacei as mangas e me lancei ao desafio de construir conjuntamente com um grupo de Jovens e Adultos, as dez Oficinas Temáticas sobre Economia Solidária. O trabalho aqui presente jamais contemplará a riqueza desta experiência, mas traz em seu seio a semente da transformação social.

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO DA INCLUSÃO SOCIAL: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Este capítulo trata de apresentar uma perspectiva histórica da inclusão social do deficiente, visto que tal temática tem sido abordada com muita frequência, sendo discutida cada vez mais na literatura especializada brasileira, tanto na área da educação especial, quanto na da reabilitação profissional. Tem sido considerado e amparado como um dos principais objetivos na maioria dos estatutos e regulamentos das instituições e entidades que prestam serviços ao deficiente. Tal contexto encontra-se previsto e amparado legalmente, através de sua explicitação como direito, na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei Federal nº 7853, que trata dos Direitos das Pessoas Deficientes, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição Federal.

Constata-se que a maioria dos deficientes brasileiros permanece ainda segregada em instituições e escolas especiais, situação que não lhes permite a participação ativa na vida da sociedade, impedindo a possibilidade do efetivo exercício de sua cidadania. Na tentativa de compreender o fenômeno da exclusão, tem-se feito atribuição de causalidade por vezes do descompromisso do Poder Público, por vezes pela má formação dos educadores e dos técnicos especializados, situações agravadas pela falta de consciência da sociedade; dificilmente podemos negar a existência de tais fatos, mas sabemos também que a relação causa-efeito não é linear neste caso, o que exige uma análise mais ampla do fenômeno, se é que buscamos apreendê-lo em sua totalidade e complexidade.

Fazendo uma retrospectiva a respeito da trajetória da Educação Especial, na Idade Média, a sociedade passa a se estruturar em feudos, mantendo ainda como atividade econômica a agricultura, a pecuária e o artesanato. O advento do Cristianismo veio influenciar o desenvolvimento da visão abstrata de **homem**, que passou a ser visto como ser racional, criação e manifestação de Deus. A organização sócio política da sociedade mudou sua configuração para nobreza, clero (guardiões do conhecimento e dominadores das relações sociais) e servos, responsáveis pela produção. Em função da disseminação das ideias cristãs, o diferente não produtivo (deficiente) adquire, nesta época, *status* humano, também possuidor de uma alma. Em sendo assim, não mais se

fazia aceitável sua exterminação. Gradativamente, sua custódia e cuidado passaram a ser assumidos pela família e pela Igreja, embora não haja qualquer evidência de esforços específicos e organizados de lhes prover de acolhimento, proteção, treinamento ou tratamento. Dois momentos importantes neste período histórico foram representados pela Inquisição Católica e pela Reforma Protestante. Neles, a concepção de deficiência variou em função das noções teológicas de pecado e de expiação, e da "visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca quando lhe venham a faltar a razão ou a ajuda divina" (Pessotti, 1984, p. 12).

Por muitos anos, a deficiência foi atribuída ora a desígnios divinos a deficiência foi atribuída, ora à possessão do demônio, sendo caracterizada como fenômeno metafísico e espiritual. Por uma razão ou por outra, a atitude principal da sociedade com relação ao deficiente era de intolerância e de punição, representada por ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos.

O início da Revolução Burguesa, no final do século XV, foi caracterizado pela revolução de ideias, mudando a visão clerical de ver o homem e a sociedade. Essa transformação trouxe em seu bojo a mudança no sistema de produção, com a derrubada das monarquias, a queda da hegemonia da Igreja Católica e uma nova forma de produção, representada pelo capitalismo mercantil. Inicia-se a formação dos Estados Modernos, caracterizados por uma nova divisão social do trabalho, iniciando o processo de estabelecimento de contratos de trabalho entre os donos dos meios de produção e os operários, que passaram a vender sua força de trabalho. No que se refere à concepção de Homem, constata-se a coexistência da visão abstrata de homem, com a visão de concreticidade. Neste contexto, começam a ser vistos como deficientes os indivíduos não produtivos, que oneram a sociedade no que se refere ao seus sustento e manutenção. O avanço no caminhar da medicina favorece a leitura organicista da deficiência, com as propostas de Paracelso, Cardano e Willis (Pessotti, 1984), a partir das quais a demência e a amênia deixam de ser vistas como problemas teológico e moral e passam a ser vistas como problema médico.

Dessa forma, começam a surgir os primeiros hospitais psiquiátricos, como locais para confinar, mais do que para tratar, os pacientes que fossem considerados doentes, que estivessem incomodando a sociedade, ou ambos. Na eventualidade de tratamento, este se constituía do uso da alquimia e da magia.

Com o passar dos séculos, as concepções também foram mudando e assim testemunharam o fortalecimento do modo de produção capitalista, através de mudanças

para o capitalismo comercial. Apesar de permanecer ainda a visão **abstrata** de homem, representada pela filosofia da essência, começava a ser questionado o problema da individualidade e do desenvolvimento do homem (Suchodolski, 1978). Os indivíduos passam a ser vistos como essencialmente diferentes, legitimando as noções de desigualdade, bem como os valores de dominação e do direito de privilégios aos produtivos e mantenedores do sistema. A não produtividade continua valorada negativamente, integrando o processo de avaliação social dos indivíduos. Nos séculos XVII e XVIII, multiplicam-se as leituras de deficiência enquanto fenômeno, especialmente nas áreas médica e educacional, encaminhando uma grande diversidade de atitudes: desde a institucionalização em conventos e hospícios até o ensino especial.

O modo de produção capitalista continua a se fortalecer, nos séculos XIX, mantendo o sistema de valores e de normas sociais. Dessa forma, torna-se necessária a estruturação de sistemas nacionais de ensino e de escolarização para todos, com o objetivo de formar cidadãos produtivos e a mão-de-obra necessária para a produção. A atitude de responsabilidade pública pelas necessidades do deficiente começa a desenvolver-se, embora existisse ainda a tendência de se manter a instituição fora do setor público, sob a iniciativa e sustentação do setor privado.

Implanta-se o capitalismo moderno, financeiro, monopolizado, no século XX. Tal sistema caracteriza-se pela existência dos grandes capitalistas, detentores do poder, que definem a força de trabalho da qual necessitam para alcançar os objetivos de aumento do capital. Em sendo assim, criam-se condições para garantir o volume necessário de trabalhadores. Sem contar com oportunidades reais de mudança, a população excedente permanece marginalizada. Multiplicam-se as leituras de deficiência, representadas por diferentes modelos; permanece, em certa proporção, o modelo metafísico, coexistente com o modelo médico, o modelo educacional, o modelo da determinação social e, aparecendo neste final do século, o modelo sócio-construtivista ou socio-histórico. A origem do fenômeno, portanto, permanece sendo de natureza sócio-político-econômica, embora sua leitura seja feita em diferentes dimensões, aparentemente desvinculadas desta realidade.

A proposta da integração social do deficiente se fortalece nesse cenário, em meados do século XX especialmente após as duas grandes guerras. Segundo Kanner (1964), Braddock (1977), Bradley (1978) e Rubin e Roessler (1978), o governo federal dos EUA, já no início do século, começou a reconhecer sua responsabilidade no cuidado do deficiente, no que se referia às suas necessidades de educação e de treinamento.

Entretanto, reconhecê-la era uma coisa; assumi-la era outra bem diferente. Em 1913, foi implementada a lei federal que deu ao governo a capacidade financeira para assumir a responsabilidade da reabilitação do deficiente.

Um programa público de reabilitação veio de diferentes fontes, situação essa pressionada pela sociedade como um todo. O número crescente de cidadãos deficientes mentais, doentes mentais e deficientes físicos associados à ausência de uma via coordenada e eficiente para lidar com esta parcela da população, fazia dela um peso para a sociedade. O público exigia uma solução. A Primeira Guerra Mundial impôs mais pressão à necessidade da reabilitação. Os soldados feridos na guerra necessitavam treinamento e assistência para assumir, com sucesso, uma ocupação rentável.

De forma lenta e gradual, começaram a ser aprovados e institucionalizados atos constitucionais, garantindo ações e suporte financeiro para programas de reabilitação. Tais programas foram acelerados durante a Segunda Guerra Mundial, a qual, além de aumentar a necessidade de serviços para os cidadãos portadores de deficiências, também propiciou uma demonstração, em ampla escala, do potencial de trabalho das pessoas deficientes, durante o período de escassez de mão-de-obra, no qual foram criadas inúmeras oportunidades de emprego para o deficiente naquele país.

Diante de tanta pressão social, fortaleceu-se a convicção de que as pessoas deficientes podiam trabalhar e assim teriam uma oportunidade de ter voz ativa na sociedade. Em 1945, o *Journal of Rehabilitation* publicou, pela primeira vez, os princípios da filosofia da reabilitação e seus métodos de operação, os quais foram assumidos uniformemente por todo o país, aparecendo na legislação de cada estado e território.

A guerra do Vietnã, na década de 60, foi responsável por um aumento impressionante de deficientes que, além de comprometimentos físicos, apresentavam problemas graves de readaptação social. Ao retornar da guerra, em parte por efeitos emocionais de sua participação na guerra e em parte pela atitude da audiência social, que tinha dificuldade em assumir sua parcela de responsabilidade pela participação do país naquele massacre. O problema do estigma e do isolamento dos deficientes tornou-se tão grave no país, que levou à reação social, através dos movimentos de defesa dos direitos das minorias, dentre estas, a dos deficientes.

Um dos produtos desse momento histórico foi a ideologia da normalização - "conjunto de ideias que refletem as necessidades sociais e aspirações de indivíduos atípicos na sociedade" (Braddock, 1977, p. 4). Em 1973, a Associação Americana

Nacional para Cidadãos Retardados referiu-se à normalização como processo de ajuda ao deficiente, no sentido de garantir a ele as condições de existência o mais próximas do normal (estatístico) possível, tornando-lhes disponíveis os padrões e as condições da vida cotidiana, o mais próximos possível das normas e dos padrões da sociedade.

O modo de vida normativo (ou típico) é em residência individual privada. O arranjo educacional normativo é chamado educação convencional, em sala de aula regular. E o modo típico de trabalho é o emprego competitivo, para auto manutenção. Em marcante contraste com estes arranjos normativos - no extremo anormal do continuum de serviços - encontram-se congregados as instituições totais, a educação domiciliar e o não trabalho (Braddock, 1977, p.5).

Em suma, a normalização é uma ideologia que representa a necessidade de incluir o indivíduo deficiente na sociedade mais ampla, auxiliando-o a adquirir as condições e os padrões os mais próximos possíveis aos da vida cotidiana das demais pessoas. O princípio de normalização deu suporte filosófico ao movimento de desinstitucionalização e ao movimento da integração social do deficiente, responsáveis atualmente, tanto pela retirada dos indivíduos das instituições tradicionais, quanto pela implantação de programas comunitários de serviços para atender às necessidades dos indivíduos deficientes. Cabe ainda lembrar que este processo é financiado com verba pública, de responsabilidade tripartite, onde Governo Federal, Estadual e Municipal entram com percentuais financeiros diferenciados.

Dessa forma, pode-se constatar que como em países da Europa, os EUA, concepções e discursos são descritivos da prática construída historicamente na realidade, em função de necessidades e pressões políticas da sociedade. Não nos parece ser este o caso do Brasil, onde se tem adotado um discurso politicamente correto ao nível internacional, mas que não encontra correspondência na prática concreta.

Com tanta mudança e perspectiva de transformação social, indaga-se constantemente em relação ao por quê da má qualidade dos serviços da saúde, tanto na dimensão da prevenção, quanto na da intervenção junto ao deficiente? Por que a morosidade de tramitação de processos de entidades? Por que a diminuição cada vez mais acentuada de verba para o trabalho com o deficiente? Por que o desrespeito aos prazos de liberação de verbas aprovadas e destinadas à prestação de serviços para o deficiente, enquanto se aplica extremo rigor a procedimentos burocráticos constantemente alterados? Por que o baixo investimento na formação de recursos humanos? Por que o deficiente não se encontra nas escolas regulares? E assim poder-se-

ia continuar indefinidamente com esta lista, considerando que perguntas desta natureza surgem de imediato, ao se olhar com certa atenção para qualquer instância social: saúde, trabalho, educação, bem-estar social... Como se explica tudo isto, se as previsões e providências encontram-se razoavelmente garantidas constitucionalmente? Apesar de fenômeno complexo, parece simples a resposta: porque o discurso é vazio! **Copiado** de outras realidades e não **aprendido** e construído na prática e dinâmica das relações sociais. Politicamente correto, não é ainda, entretanto, fruto de reflexão, de opção e de construção desta sociedade. Para o sistema sócio-político-econômico brasileiro, o garantir condições para o exercício da cidadania para o deficiente ainda não interessa de fato.

É, portanto, necessário que se lute a favor da inclusão social. A exclusão do deficiente inviabiliza tanto para os indivíduos, deficientes e não deficientes quanto para a sociedade, o trato das diferenças enquanto elementos constitutivos da própria natureza humana. Em sendo assim, vemos a integração social como um processo de direito de todas as pessoas, de exposição sem barreiras à realidade. Essencial para a apreensão da realidade, para a construção do conhecimento, para o desenvolvimento do indivíduo e para a construção da sociedade. Avaliando-se o deficiente da integração social, este perde em desenvolvimento enquanto a sociedade perde por não ter a oportunidade e a possibilidade de apreender uma significativa parcela de seus elementos constitutivos, representados pelos "diferentes" segregados. Com isto, todos perderam em consciência, em comportamento e conseqüentemente, em possibilidade de transformação.

Pode-se constatar que iniciativas deste tipo, além de ação política no sentido de garantir o cumprimento da lei e de esforços de ampliar a fusão do deficiente na corrente principal da sociedade, mostram-se necessárias e importantes, caso queiramos que nossa prática se torne consistente com nosso discurso.

Dessa forma, faz-se necessário um estudo sobre a inclusão social na educação especial e sua consolidação no dia a dia escolar.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO SOCIAL

O objetivo do capítulo é refletir sobre a educação especial, relacionando com a necessidade de se construir uma educação pautada na interação, na inclusão social e no respeito à diversidade e singularidade humana. Pois o pressuposto básico da Educação Especial é a acessibilidade do estudante com necessidades educacionais especiais à educação de qualidade, preferencialmente em ambientes inclusivos, a fim de que esse se beneficie de oportunidades educacionais favorecedoras de sua formação pessoal.

Para a formação educacional da pessoa com deficiência, bem como favorecedor de uma educação voltada ao respeito às diferenças. Sabe-se que a educação pautada no indivíduo possibilita-lhe o alcance de condições favoráveis à sua efetiva participação social. Por isso, reafirma-se a importância de viabilizar condições reais de oferta de preparação para o trabalho do aluno especial, no sistema de ensino do Distrito Federal, por meio de investimentos de recursos financeiros e de pessoal.

A concepção da educação, aqui adotada, é a centralizada no estudante, particularmente em seu potencial e capacidade, e que enfatiza o preponderante papel do professor como agente educativo mediador e facilitador do processo de aprendizagem. Sobretudo, há que se ressaltar que o desenvolvimento é um processo contínuo e que se encontrará presente ao longo da existência humana. Por acreditar no potencial do desenvolvimento humano e no imprescindível papel da educação nesse processo, compreendem-se os esforços em prol da permanente melhoria do atendimento educacional como sendo uma ação propiciadora do aumento da qualidade de vida do indivíduo e promotora de progresso sociocultural e econômico da sociedade, oportunizando, preparando o aluno para a vida social.

Por tudo isso, esta Orientação Pedagógica tem como desafios expoentes o combate a qualquer tipo de discriminação e a eliminação de barreiras e obstáculos à acessibilidade do estudante ao processo de ensino e aprendizagem.

O sistema educacional tem a competência de propiciar recursos e meios capazes de atender às necessidades educacionais especiais de todos os estudantes, de modo a oportunizar-lhes condições de desenvolvimento e de aprendizagem, segundo os seguintes princípios: respeito à dignidade humana; educabilidade de todos os seres

humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar; direito à igualdade de oportunidades educacionais; direito à liberdade de aprender e de expressar-se; e direito a ser diferente.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem-se aqui:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outras que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientado para o atendimento às necessidades educacionais desses estudantes (MEC/SEESP, 2008, p.9).

O currículo cumpre a função de orientar as atividades educativas, suas finalidades e as formas de executá-las. Por isso, pode-se considerá-lo como o movimento da instituição educacional, o reflexo das intenções educativas e o processo organizado para o desenvolvimento das aprendizagens. É, portanto, notória a representatividade desse instrumento. Dessa forma, o currículo deve ser atualizado, de forma a encontrar-se acessível e efetivamente representativo das expectativas pedagógicas de todos envolvidos nesse processo, a fim de garantir o respeito às particularidades dos estudantes e oportunizar condições de aprendizagem para todos.

Para Mittler (2003), os desafios pedagógicos relacionam-se à aprendizagem. E, com base na experiência britânica para a atual década, ele defendeu os seguintes princípios para a preparação do trabalho docente:

- Estabelecer desafios de aprendizagem compatíveis com as condições do estudante;
- Responder à diversidade das necessidades de aprendizagem dos estudantes e superar barreiras potenciais à aprendizagem e à avaliação tanto do estudante como da turma (MITTLER, 2003, p.145).

A instituição educacional é, por excelência, um espaço real de diversidade, no qual a inclusão educacional materializa-se a partir das experiências cotidianas

vivências e compartilhadas pela comunidade escolar. Na sala de aula, as demandas do processo educativo concretizam-se e as relações estabelecidas entre professores e estudantes, e entre estes e seus pares, favorecem e potencializam o desenvolvimento de competências e de habilidades curriculares dos estudantes que requerem um atendimento pedagógico adequado às suas diferentes necessidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Capítulo 05, consolida a Educação Especial como sendo a modalidade de educação escolar oferecida ao estudante com necessidades educacionais especiais. Propõe o recurso da Adequação Curricular como resposta às demandas de aprendizagem de um número elevado de estudantes prejudicados pela massificação existente na educação formal decorrentes da homogeneização da ação pedagógica e da rigidez dos currículos.

Nessa perspectiva, as adequações curriculares são compreendidas como medidas pedagógicas que se destinam ao atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais de modo a favorecer a sua escolarização. Reitera-se que o currículo regular é tomado como referência básica e, a partir dele, são adotadas formas progressivas para adequá-lo, a fim de nortear a organização do trabalho de acordo com as necessidades do estudante. Essas adequações curriculares correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e matérias do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor e ao seu preparo para trabalhar com os estudantes. Essas adequações são definidas como alterações ou recursos especiais, materiais ou de comunicação voltadas a facilitar a aplicação do currículo escolar de forma mais compatível com as características específicas do estudante.

Para a concretização das metas educacionais e dos objetivos da educação especial no Distrito Federal, o sistema público de ensino deve contar, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9394/96 (art. 59 Inc. III), com professores capacitados e professores especializados.

Professores especializados, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 2, são aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais e para desenvolverem competências para identificar as necessidades educacionais especiais e para definir, implementar, liberar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, de adaptação curricular, de procedimentos didáticos pedagógicos e de práticas alternativas, adequados aos seus atendimentos; bem como capacidade para trabalhar em equipe, assistindo ao professor da classe comum nas práticas necessárias à promoção da inclusão dos estudantes com necessidades

educacionais especiais.

A atuação do professor especializado ocorre nas instituições educacionais regulares, em salas de recursos, nas classes especiais, nos atendimentos curriculares específicos, nas instituições educacionais e nas classes hospitalares. São especializados, também, os professores que atuam como intérpretes e guias- intérpretes, bem como os que atuam no ensino itinerante e no ambiente domiciliar.

Dessa forma, a questão da criança com necessidades especiais saiu do âmbito da saúde e passou a ser também do âmbito educacional, fato que pode e deve ser tomado como uma grande vitória. Em 1986, a expressão “alunos excepcionais” foi substituída por “alunos portadores de necessidades especiais” e então a prática da inclusão social se intensificou. Em 1989, a Lei Federal 7.853/89, no item dedicado à Educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino e adverte como crime punível de reclusão de um a quatro anos e multa os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem, ou suspenderem, sem justa causa, a matrícula de um aluno em virtude de sua deficiência. Já em 1996, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no. 9394/96 aponta que a Educação Especial deve se dar preferencialmente no ensino regular, conforme já previa a Constituição Federal de 1988. Na atualidade, pode-se perceber a quebra de muitos paradigmas e segundo Mendes (2001, p.18) “No Brasil o debate sobre a educação inclusiva vem provocando polêmica, estridência e polarização no país, principalmente pela falta de uma definição entre essas duas tendências (integração e/ou inclusão), e seu maior impacto tem incidido na questão da Educação Especial”. A partir dos anos 90, quando a discussão sobre a inclusão dos alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais nas salas regulares, se acirrou no Brasil, a reação de muitos foi de pânico: muitos professores só tinham concluído o Magistério e as suas classes eram lotadas

Para Diniz (2007), apesar dessa discussão entre integrar ou incluir, a constante luta das pessoas com necessidades especiais é a luta pela sobrevivência e a possibilidade de poder fazer coisas “normais” sem ter que serem colocadas em situações indelicadas. Assim, o acesso à escola é decisivo na constituição da cidadania. Por isso, é importante que professores realizem de fato a educação para a diversidade e que a formação e a investigação, estejam apontando um desafio, um caminho para o futuro, no qual seja importante a mudança da escola mostrando à sociedade que é possível incluir o “diferente”, construindo-se assim uma filosofia de integração que se preocupa com os

alunos cujos diferentes níveis de comprometimentos, não se constituam em obstáculos à sua inserção na escola comum.

Segundo a referida autora, a família, a escola e a comunidade são os alicerces da educação especial, constituem-se em base, em fundamento de todo o trabalho educacional, no qual se deve trabalhar pela aceitação da diferença, assumindo-a como um dado da realidade. Conclui-se que a preparação de todos os envolvidos nessa inclusão é de fundamental importância a formação do professor que irá atuar na inclusão.

Bartalotti (2006) afirma que (apud, NAUJORKS, 2006) as atividades pedagógicas dos professores são permeadas por circunstâncias desfavoráveis forçando-os a uma reorganização e improvisação no trabalho prescrito, tornando-lhes o trabalho real totalmente descaracterizado em relação às expectativas. Tal distorção no conteúdo de suas atividades pedagógicas não lhes permite vivenciar esse trabalho como significativo, o que gera um processo de permanente insatisfação. Essa situação os induz a sentimentos de indignidade, fracasso, impotência, culpa, desejo de desistir, entre outros. A proposta da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino tem reforçado o quadro, pois os professores sentem-se despreparados para lidar com esse aluno. Como consequência, encontramos um profissional cada vez mais propenso ao processo de stress e um aluno cada vez mais discriminado.

O mesmo Bartalotti ressalta a problemática da relação ao sentimento que muitos educadores de classes especiais demonstram com relação à suas colegas, Naujorks (2006) afirma que ao referirem-se às colegas como não comprometidas com a proposta da inclusão, ficamos na dúvida se estas professoras poderiam estar se valendo de um mecanismo de defesa, projetando nas colegas um sentimento que, na verdade era seu, visto que a inclusão causa todo o desconforto já assinalado ou se esse indicador sinaliza para o quanto as professoras se sentem sozinhas frente esta tarefa.

Um fato curioso constatado por (NAUJORKS, 2006) é quanto mais jovens, mais engajadas e comprometidas se sentem. Porém, acreditam possuir uma autonomia reduzida e sentem-se mais vigiadas pela instituição. Esta percepção vai diminuindo com o passar do tempo; as professoras com mais idade sentem-se mais autônomas e as demandas da escola já não lhes exigem tanto. Mesmo acreditando gozarem de prestígio e respeito tanto na escola quanto na comunidade, à medida que a faixa etária avança, maior é a probabilidade de sofrerem o processo de stress, pois sentem-se desgastadas

pelas condições adversas do trabalho.

Segundo o mesmo autor, a formação do educador é de grande e crucial importância para a inserção do aluno portador de necessidades especiais no ambiente escolar, pois será o mesmo a fornecer os primeiros contatos e quem mediará os contatos seguintes que serão feitos entre aluno “especial” e de mais classe e funcionários da escola.

Diniz (2007) adverte que garantir o direito à matrícula da pessoa com necessidades especiais não garante o direito à educação. Apesar de a barreira legal ter sido rompida e de alguns alunos estarem inseridos na escola regular, muitos continuam segregados dentro da própria escola. A inclusão requer interação e comunicação, não apenas no período considerado escolar, porque todos os períodos são escolares, todas as relações são educativas, todos os espaços requerem busca e criatividade.

Essa autora esclarece que existe uma forma diferente de aprender, que cada um aprende aquilo que lhe é significativo e necessário à sua realidade. Para que a inclusão realmente se efetive, o professor deve se comprometer com o paradigma de que a educação é um direito de todos, assumindo procedimentos que levem seus alunos a aprenderem, sem preocupar-se com as rotulações, identificando em cada prática educativa as possibilidades de cada aluno, acolhendo as diferenças e aceitando todos igualmente. Assim, é preciso entender que o espaço escolar deve ser visto como um lugar de todos e para todos e o professor deve buscar informações sobre a proposta inclusiva e somar às suas capacidades e experiências. Essa busca não deve se tornar solitária, a escola deve se envolver como um todo, ressaltando que o professor e a equipe técnico-pedagógica da escola devem ajudar a buscar meios de compreender a forma com que cada aluno aprende. Essa conscientização leva à necessidade de cursos de formação inicial e continuada de professores, de investimentos na habilitação desses profissionais para que se tornem capazes de atender esta nova demanda.

Bartalotti (1993) ainda enfatiza que é o pedagogo quem também deve estar sempre atento a todos os alunos e às prováveis causas de suas dificuldades, e é ele que pode servir de ponte entre professores e profissionais da área específica e outros alunos especiais. Assim como pedagogo e o professor, todos devem trabalhar no ambiente da escola para que os procedimentos para a inclusão tenham uma abordagem centrada na criança, com sistemas mais flexíveis e adaptativos, capazes de levar em consideração as diferentes necessidades desses alunos, lembrando, contudo, que o currículo deve ser o mesmo que se trabalha com os demais alunos, ou seja, o currículo regular, e não um

currículo diferente. Assim, a preparação de todos os envolvidos no processo escolar constitui-se num fator-chave para a promoção de escolas inclusivas, já que os alunos com necessidades educacionais especiais necessitam se liberar dos quadros restritivos que supostamente a sociedade lhes fixou.

Faz-se necessário conhecer e aplicar a legislação, para que o aluno com necessidades especiais tenha garantida uma educação de qualidade permitindo a sua autonomia como sujeito ativo e consciente.

CAPÍTULO 3:

LEGISLAÇÃO QUE AMPARA O ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS A RESPEITO DA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO

Este capítulo vem abordar e refletir sobre a legislação que ampara o aluno da educação especial a respeito da preparação para o trabalho, de forma que possa atuar na sociedade ativamente, como um sujeito atuante e capaz.

Muitos aspectos interferem na relação trabalho e deficiência. Atualmente no Brasil, cerca de catorze por cento das pessoas têm algum tipo de deficiência física, mental ou sensorial, seja ela congênita ou adquirida (VENÂNCIO, 2001, p. 203). A ausência de uma política pré-natal eficaz, o combalido sistema público de saúde, os acidentes de trânsito e de trabalho e a violência deixam sequelas graves em parte da população e aumentam anualmente a multidão portadora de deficiência.

A limitação parcial não impede a pessoa com necessidades especiais de exercer sua cidadania e de trabalhar para ser útil a si própria e ao País. O emprego da pessoa portadora de deficiência elimina o tédio de uma vida ociosa, eleva sua autoestima e abre as portas para outras atividades saudáveis, como o esporte, o lazer e o exercício democrático do voto. A diferença entre as pessoas é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade humana e justa, além de ensejar a busca por respeito e direitos — o que, no final, beneficia toda a sociedade.

Assim, é de fundamental importância os direitos trabalhistas da pessoa com deficiência, no tocante ao acesso ao emprego, à discriminação e sua reparação, e ao papel da sociedade e do Poder Público na fiscalização e propositura de ações judiciais tendentes a assegurar direitos e repelir ofensas. O tema é abordado à luz do Direito do Trabalho, mas se utiliza de outros ramos do Direito como, por exemplo, o Direito Constitucional.

Em relação aos conceitos e análise legal referentes ao tema e consoante o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91 e no art. 36 do Decreto nº 3.298/99, as empresas com mais de cem empregados têm o dever de ocupar de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social, reabilitados ou com pessoas portadoras de deficiência habilitadas, obedecendo-se à seguinte proporção: de 100 a 200 empregados — 2%; de 200 e um a 500 — 3%; de 501 a 1000 — 4%; mais de 1000

empregados — 5%.

O referido artigo, embora contido numa lei sobre previdência, é uma norma de Direito do Trabalho. Por outro lado, a obrigação não abrange as empresas com até noventa e nove empregados, exceto se prevista em convenções e acordos coletivos de trabalho.

Conforme disposto no art. 3º do Decreto nº 3.298/99, deficiência é *“toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”*.

Por sua vez, beneficiário da Previdência Social reabilitado é aquele já vinculado ao Regime Geral da Previdência Social na qualidade de segurado ou beneficiário, submetido a processo de reabilitação desenvolvido ou homologado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Já a pessoa portadora de deficiência habilitada, nos termos do § 2º do art. 36 do Decreto nº 3.298/99, é: *aquela que concluiu curso de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico, ou curso superior, com certificação ou diplomação expedida por instituição pública ou privada, legalmente credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente, ou aquela com certificado de conclusão de processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo INSS*.

Essa reserva de vagas garantida pela legislação brasileira é um grande avanço que se coaduna com três dos cinco fundamentos da República Federativa do Brasil: os valores sociais do trabalho, a dignidade da pessoa humana e a cidadania. Numa sociedade na qual alguns integrantes, na hora do nascimento de seus filhos, em primeiro lugar contam o número de dedos e membros dos bebês, num país de tantos acidentes de trânsito e de trabalho, de violência assustadora e cujo sistema público de saúde é precário, gerando muitos mutilados, já estava na hora de entrar em vigor previsão legal tão exemplar, passível de servir de modelo para outros países.

Mas essa proteção legal não seria uma afronta ao princípio constitucional da igualdade? Entendemos que não. Aristóteles e Rui Barbosa já diziam que a efetiva igualdade significa tratar desigualmente os desiguais (isonomia). Na diversificada sociedade brasileira, as pessoas portadoras de deficiência habilitadas também têm direito ao trabalho, e para que possam exercer plenamente esse direito fundamental, em igualdade de oportunidades, é preciso haver políticas públicas de proteção. Já que o Direito do Trabalho se alicerça na busca do equilíbrio entre os pólos da relação

capital/trabalho, a lei procura compensar quem possui alguma limitação psíquica ou física, outorgando-lhe maior proteção jurídica.

Segundo a Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho(OIT), promulgada pelo Decreto nº 129/91, a política de emprego de pessoas portadoras de deficiência é baseada no princípio de igualdade de oportunidade entre os trabalhadores deficientes e os trabalhadores em geral, de modo que as medidas especiais que visam garantir essa igualdade não são consideradas discriminatórias.

O empregador, cuja empresa emprega deficientes, não está fazendo nenhum favor. O próprio § 2º do art. 1º da Lei nº 7.853/89 declara que a matéria é entendida como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade. Além do mais, a inserção do deficiente no mercado de trabalho não pode ser encarada como um ato de piedade, visto que ele tem muitas utilidades e potencial produtivo capaz de gerar riquezas para o empregador e para si próprio.

É oportuno lembrar que a lei reserva vagas para deficientes habilitados; assim, o empregador não está obrigado a contratar pessoas desprovidas de habilitação para o cargo a ser ocupado. O portador de deficiência tem direito à habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se e conseguir emprego, conservá-lo e ascender na profissão, com fulcro no art. 30 do Decreto nº 3.298/99. Se a localidade não dispõe desse serviço, cabe reivindicá-lo. Caso o desempenho do cargo exija habilidade em informática, por exemplo, pode ser recusado o candidato deficiente incapaz de operar um microcomputador. Além do mais, consoante o § 3º do art. 36 do art. 36 do citado decreto, também é pessoa portadora de deficiência habilitada quem não passou por processo de habilitação, porém pode cumprir a função. É o caso, por exemplo, de um deficiente que, desprovido de um dos membros inferiores, quer ser cobrador de ônibus; caso ele saiba fazer cálculos envolvendo dinheiro, ele pode assumir o posto de trabalho, mesmo que não tenha se submetido a processo formal de reabilitação. Já que no caso em tela a profissão exige utilização dos membros superiores e capacidade de raciocínio, uma limitação no membro inferior não pode lhe servir de obstáculo, sob pena de ofensa ao inciso XXI do art. 7º da Constituição Federal — que proíbe discriminação quanto aos critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. É crime negar a alguém, sem justa causa, emprego ou trabalho em razão de sua deficiência, conforme o inciso III do art. 8º da Lei nº 7.853/89. A extinção do vínculo de emprego decorrente de ato discriminatório enseja ao empregado optar entre ser readmitido no emprego recebendo o salário do período de afastamento ou obter em dobro essa remuneração, conforme o art.

4º da Lei nº 9.029/95.

Muitos deficientes têm condições de desempenhar com êxito suas funções. Se existem até grandes competições esportivas, algumas até em nível internacional, nas quais eles praticam esportes tradicionais como o futebol e a natação, por que não podem trabalhar?

Um determinado tipo de deficiência pode ser inviável para uma profissão, mas para outra pode não ser. Os avanços médicos, através do desenvolvimento de próteses, implantes e outros procedimentos, têm dado versatilidade a muitas pessoas. Convém lembrar que o inciso II do § 1º do art. 227 da Constituição Federal dispõe que o Estado promoverá o atendimento especializado a portadores de deficiência física, sensorial ou mental.

O art. 18 do Decreto nº 3.298/99 estabelece que o fornecimento de bolsas coletoras, próteses e outros materiais, usados para a independência e inclusão do portador de deficiência, estão incluídos na assistência à sua saúde e reabilitação. Além do mais, o inciso V do art. 16 do mesmo decreto determina à Administração Pública Federal direta e indireta atendimento médico domiciliar no caso de deficiência grave.

No atual estágio de tecnologia, muitos postos de trabalho exigem mais trabalho mental do que físico, abrindo oportunidades de emprego para deficientes físicos dotados de escolaridade compatível com a função. É dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, nos termos do art. 208 da Constituição. Por sua vez, o Decreto nº 3.298/99 estabelece:

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.

A reserva de vagas prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/91 é compatível com o princípio constitucional da propriedade privada? No art. 5º da Constituição, logo após o inciso garantidor da propriedade privada, afirma-se também que se atenderá a sua função social.

Com relação à questão interpessoal e a infraestrutura da inclusão, é fato que o trabalho não pode ser visto apenas como um meio de se explorar a mão-de-obra de

modo a gerar riquezas; o trabalho também é ambiente no qual se exerce a cidadania e cenário onde cada trabalhador auferir rendimentos para o sustento próprio e de sua família. Na construção de uma casa, por exemplo, seu dono tem todo o direito de utilizar quaisquer materiais de construção e de construí-la do modo que lhe convier, respeitadas as normas de segurança. Com uma empresa geradora de dezenas de empregos não é bem assim.

Para se refletir sobre a condição de ser humano não é número nem objeto, cada pessoa sofre angústias quando é alvo de discriminação, preconceito e injustiça. O assunto é tão importante que, como se não bastasse o disposto no inciso XXII do seu art. 5º, a Constituição mais uma vez ressaltou a função social da propriedade no art. 170, elencando-a como princípio da ordem econômica.

Em muitos casos, a pessoa portadora de deficiência não exerce seu direito ao trabalho em razão de obstáculos físicos tanto nas ruas e transportes quanto no próprio local de trabalho. Lamentavelmente, em muitas cidades não está consolidada a cultura de facilitar o trânsito e o acesso de deficientes. Legislação sobre eliminação de barreiras arquitetônicas não falta. O Decreto nº 3.956/01 determina que a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência será executada e cumprida inteiramente. Conforme o art. 3º dessa Convenção, os Estados comprometem-se a tomar:

a) medidas para que os edifícios, os veículos e as instalações que venham a ser construídos ou fabricados em seus respectivos territórios facilitem o transporte, a comunicação e o acesso das pessoas portadoras de deficiência;

b) medidas para eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações que existam, com a finalidade de facilitar o acesso e uso por parte das pessoas portadoras de deficiência.

O § 2º do art. 227 e o art. 244 da Constituição e o inciso V do art. 2º da Lei nº 7.853/89 também têm conteúdo neste sentido. Portanto, cabe ao Poder Público viabilizar o transporte do deficiente, de sua casa até o local de trabalho. Dentro da empresa, cabe ao empregador adaptar suas instalações, tanto para o exercício da atividade laboral quanto para o desenvolvimento da cidadania, uma vez que o aprimoramento das condições de acessibilidade serve para quaisquer pessoas que utilizem as instalações, seja um idoso, uma senhora grávida ou um deficiente, aumentando assim a clientela da empresa.

Pode o empregador firmar contrato apenas com os empregados reabilitados,

deixando de fora os portadores de deficiência habilitados? Entendemos que não. Já que o objetivo da lei é desenvolver uma política de integração do deficiente no mercado de trabalho, a exegese que venha a opor os habilitados aos reabilitados pode ensejar o descumprimento da norma e levar a um paradoxo (FARIAS, 1999, p. 90).

No que se refere à participação do portador de necessidades especiais em concursos públicos, o inciso VIII do art. 37 da Constituição determina que a lei reservará para as pessoas portadoras de deficiência percentual de cargos e empregos públicos. Tal preceito também se aplica aos trabalhadores da Administração Pública regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isso ocorre, por exemplo, quando ainda não esteja em vigor o regime jurídico dos servidores, como ocorre em alguns Municípios do Rio Grande do Norte. Por sua vez, a Lei nº 8.112/ 90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, reserva um percentual de até vinte por cento das vagas dos concursos para tais pessoas.

Já o Decreto nº 3.298/99 detalha o assunto, seu art. 37 estabelece que o deficiente concorre a todas as vagas, sendo reservada a porcentagem mínima de cinco por cento em razão da colocação atingida. Os cargos em comissão e as funções de confiança, de livre nomeação e exoneração, estão excluídos dessa reserva de vagas.

Caso precise de tratamento diferenciado por ocasião das provas, o portador de deficiência deve solicitá-lo, apontando as condições diferenciadas; além do mais, pode ser concedido um maior prazo para responder à prova. Para obtê-lo deve fazer o pedido e juntar parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, conforme o art. 40 do citado decreto. É bom lembrar que o conteúdo das provas e a nota mínima exigida são iguais aos dos candidatos desprovidos de deficiência. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) assim já se pronunciou:

CONCURSO PÚBLICO – DEFICIENTE FÍSICO – EXAME DE APTIDÃO FÍSICA – a reserva de percentual de cargo para as pessoas portadoras de deficiência física, nos termos do art. 37, VIII, da CF, não afasta a exigência de aprovação em etapa do concurso público em que se avalia a capacitação física do candidato, indispensável para o desempenho do cargo de Técnico em Segurança Legislativa (STJ – RO-MS 10.481 – DF - 5ª T. Rel. Min. Félix Fischer – DJU 16.08.1999).

Não basta a reserva de vagas. É preciso também haver fiscalização e medidas judiciais que concretizem o direito material. Para que a lei seja cumprida faz-se

necessário a punição de seus transgressores. O art. 2º da Lei nº 7.853/89 dispõe que incumbe ao Poder Público e aos seus órgãos garantir às pessoas portadoras de deficiência a plena efetividade de seus direitos básicos. Mas não podemos contar apenas com o Poder Público, é preciso que toda a sociedade conheça os direitos dos deficientes e denuncie as transgressões cometidas.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem papel relevante na fiscalização trabalhista. Sua Instrução Normativa nº 20, de 26 de janeiro de 2001, determina que o Auditor Fiscal do Trabalho fiscalizará o cumprimento da reserva de dois a cinco por cento dos cargos. A Instrução também visa ao entendimento com as empresas, através da elaboração de um termo de compromisso. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também pode enviar ao Ministério Público do Trabalho (MPT), dados e denúncias para as medidas judiciais cabíveis.

A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), prevista na Lei nº 7.853/89, tem a incumbência de orientar e acompanhar a execução, pela Administração Pública Federal, dos projetos, programas e planos referentes ao portador de deficiência; bem como, tem a atribuição de emitir opinião sobre a compatibilidade dos projetos federais conexos com a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), previsto pelo Decreto nº 3.298/99 e criado no âmbito do Ministério da Justiça, tem a atribuição de zelar pela concretização da política nacional em comento e acompanhar o desempenho de seus programas e projetos.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) é outro grande parceiro no deslinde de conflitos na seara trabalhista, seja como órgão agente ou como fiscal da lei. Os Procuradores do Trabalho desempenham papel relevante na defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

O MPT pode atuar intervindo em processos judiciais individuais quando há interesse público, através da elaboração de parecer; promovendo, preventivamente, audiências públicas que orientem os empregadores e a sociedade sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiência; administrativamente, através de representações, procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos, apurando irregularidades trabalhistas e buscando a adequação das empresas à lei, por meio da assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta; repressivamente, não alcançando êxito a via conciliatória, ao ajuizar ações; como mediador e árbitro em conflitos

coletivos.

Os empregadores não estão obrigados a contratar deficientes inaptos para o cargo, no entanto, o deficiente habilitado tem direito ao trabalho pelo menos dentro da reserva legal, e a recusa injustificada baseada na deficiência é crime tipificado no art. 8º da Lei nº 7.853/89. Caso haja extinção do vínculo de emprego em razão de ato discriminatório, o empregado tem direito à reintegração ou à indenização.

A seguir, será abordada como acontece a preparação para o trabalho com o aluno com necessidades especiais na rede pública de ensino, observando e analisando os amparos físico, tecnológico e pedagógico que permeiam a garantia do acesso deste aluno à profissionalização de forma responsável e integradora, por meio dos pressupostos da economia solidária.

CAPÍTULO 4

A PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO COM ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

4.1 – COMO SE DÁ O PROCESSO DE INCLUSÃO NA REDE PÚBLICA

Neste último capítulo serão explanadas e analisadas as orientações pedagógicas para que a preparação para o trabalho do aluno especial na rede pública de ensino aconteça de forma acessível, construtiva, inclusiva e comprometida com a inclusão e transformação social desses sujeitos. Para ilustrar melhor como acontece todo esse trabalho na prática, será apresentado o processo de estágio, bem como a caracterização da escola, da turma e a oficinas, atividades e intervenções pedagógicas desenvolvidas.

Quanto à preparação para o trabalho, os alunos especiais terão oficinas na rede oficial de Ensino, complementadas por organizações que visem este trabalho como APAE e outros.

O programa de oficinas pedagógicas é um atendimento especializado voltado aos estudantes com deficiências e transtorno global do desenvolvimento a partir de 14 (quatorze) anos, matriculados nos Centros de Ensino Especial, classes especiais e classes comuns do ensino regular. Apresenta como objetivo estimular a capacidade produtiva e o desenvolvimento de competências e a aquisição de condutas sociais básicas dos estudantes voltadas para o trabalho autônomo e protegido. Para tanto, desenvolve competências que favorecem o processo de preparação para a inclusão no mundo do trabalho.

A indicação da atividade pedagógica ao estudante dar-se-á em decorrência de características próprias, de seus interesses e de suas habilidades funcionais, compatíveis com as atividades ofertadas pelo referido programa na instituição educacional.

Esse programa representa a viabilização de um espaço educacional voltado a potencializar o aprender humano e a favorecer a emancipação pessoal. Visa ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva trabalhando conteúdos relativos às

habilidades práticas, interligando com o currículo da Educação de Jovens e Adultos, com as devidas adaptações.

Quanto ao trabalho na perspectiva da economia solidária, vale ressaltar que a deficiência pode trazer limitações que vão se refletir na vida cotidiana do aluno especial, mas que essas mesmas limitações não podem impedir, ou inviabilizar seu crescimento, sua inserção social. Afinal a família, a escola e a sociedade precisam garantir que suas potencialidades sejam desenvolvidas nas ações e nas relações do dia a dia, assegurando-lhes um espaço de existência social digno, capacitante e inclusivo. Dessa maneira, a eventual superação de uma limitação, seria uma questão que se coloca sempre para o outro, que deve buscar o meio possível para se capacitar a participar do ambiente social no qual este aluno se insere.

Recentemente, muitos movimentos vêm sendo feitos no sentido de resgatar elementos que permitam reconsiderar a complexidade implicada no processo de segregação e exclusão social do portador de necessidades especiais. As intervenções sociais que se propõem a enfrentar o desafio de produzir espaços sociais em que a diversidade seja respeitada permitem a emergência de conflitos que estão muito além da fronteira individual da diferença (STIKER, 1999).

Focalizando os espaços vitais das pessoas com deficiência, privilegiando a rede de trocas e de relações humanas que acontece no cotidiano, novas propostas de intervenção social têm buscado privilegiar, não mais a clínica e o espaço terapêutico individual, mas trazem o foco da discussão para o espaço do cotidiano e seu contexto. Nessa perspectiva, o lazer, o trabalho, a moradia, a educação e os cenários da vida social do portador de deficiência permitem delinear movimentos e percursos que revelam a complexidade da inserção social de sujeitos diversos.

É, portanto, na perspectiva de criar espaços cotidianos que engendrem a possibilidade de transformações de relações sociais cristalizadas e que impliquem diversos sujeitos sociais, que a inclusão escolar tem aceitado o desafio construir relações que visem à criação e a multiplicação de oportunidades de trocas cognitivas e mais ainda afetivas, de experiências, vivências e preparação para a vida digna na sociedade, como interação, autonomia e preparação para o trabalho.

A participação no mercado de trabalho, de produção e de consumo de bens coletivos pode ser, então, um ponto de partida para a inclusão social do portador de necessidades especiais. Ao se considerar o trabalho como ponto de partida de um processo que pretende viabilizar um resgate da potencialidade no aluno especial, pois

que é no trabalho, como base concreta de comunicação, que se estabelecem redes de negociação e de trocas, que possibilitam relações sociais saudáveis e justas para todos. Estar incluído em nossa sociedade pode, então, ser também traduzido pelo potencial de produção e consumo que cada sujeito demonstra. Ser um sujeito social significa, ainda, estar em condição de participar da rede de produção/consumo da coletividade. É a possibilidade de produzir valores de troca reconhecidos socialmente; é ter condições para ampliar ou ter garantido o seu poder de realizar contratos sociais.

Blanc (1999) sugere que a desqualificação social, a qual as pessoas com deficiência estão submetidas, pode ser ilustrada por quatro elementos que estão encadeados em suas vidas, a saber: escolarização precária; dispositivos de formação e reabilitação profissional inadequados às demandas de empregos disponíveis; a evolução da natureza dos empregos (qualificação prévia, disponibilidade) que impede o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho e, finalmente, a crise atual de empregos que faz com que essas pessoas tenham que concorrer com outros excluídos sociais não deficientes. Todo esse quadro, segundo Blanc (1999) geraria uma situação de desânimo entre as pessoas com deficiência que terminariam por recolher suas vidas em zonas de não trabalho.

Em nosso país, a situação da inserção de pessoas com deficiência no trabalho ainda tem sido pouco estudada pela área econômica. Pastore (2000) ao discutir as oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência no Brasil, chama a atenção para a falta de dados a esse respeito na área econômica e considera que em nossa realidade, apenas 2% do total de pessoas com deficiência em idade de trabalhar estejam empregadas. Esses dados demonstram a necessidade de desenvolvimento de pesquisas e intervenções alternativas que discutam a situação de inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência no Brasil.

Uma das alternativas possíveis para se pensar a inclusão de pessoas num mercado de trabalho cada vez mais restrito tem sido as cooperativas, que emergem dentro da concepção da economia solidária.

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho (SINGER, 2000, p.13).

Assim as cooperativas se constituem como empresas e não como um dispositivo terapêutico ou clínico. Essas empresas não se constroem dentro do modo de produção capitalista, mas sim a partir da proposta da economia solidária. Pensar o

cooperativismo como alternativa possível para a inclusão social pela via do trabalho é aceitar o desafio de produzir uma intervenção transdisciplinar que, a partir da apropriação do conhecimento de diversas áreas procure encontrar um lugar de existência para além do âmbito da saúde. Um espaço pautado pela lógica das trocas sociais e não pela lógica do universo da saúde e da doença.

No Brasil, apenas atualmente é que as cooperativas têm sido pensadas como possibilidade de espaço inclusivo no cotidiano da sociedade. Ocupar espaços de trabalho não exclusivos constitui-se numa estratégia de intervenção social que permite enfrentar as situações de estigmatização que têm lugar nas relações sociais entre pessoas com e sem deficiência. Por outro lado, o espaço de produção e consumo de bens sociais é fundamental na constituição da identidade social do sujeito, uma vez que os sujeitos sociais "(...) manifestam através do que consomem seu lugar no conjunto social" (CASTEL, 1995, p. 596).

Como complementação da teoria e comparação com a realidade prática, o estágio realizado em escola pública e inclusiva do DF, oportunizaram-me ricos momentos de reflexão, análise, conscientização e ação enquanto futura pedagoga, enquanto cidadã e ser social.

4.2 - CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO – ESCOLA

O estágio foi realizado numa escola pública e inclusiva do Distrito Federal, onde há o atendimento ao Ensino Fundamental e Ensino Médio. Quanto ao atendimento aos alunos com necessidades especiais, existem quatro classes especiais que atendem alunos com deficiência intelectual, deficiência múltipla, deficiência visual e deficiência auditiva. Há ainda alunos incluídos nas classes regulares de ensino com a frequência de alunos deficientes auditivos e deficientes físicos. Para dar suporte pedagógico a esses alunos, existem duas salas de recursos atendendo alunos com deficiência mental, física e auditiva.

1. Projeto político pedagógico

Em conversa com o Diretor Pedagógico da Instituição, a Escola orienta suas ações em torno da Proposta Pedagógica.

“O projeto do Centro Educacional 04 vem sendo desenvolvido a partir da observação das características da comunidade e seus reflexos na escola,

bem como do cenário regional e nacional em relação à educação e desenvolvimento humano”.

“O Projeto Pedagógico está em constante processo de construção, pois busca-se adaptá-lo a novas realidades apresentadas pelo crescimento social e cultural de Sobradinho II. O quadro já apresentou uma sensível melhora, mas ainda percebe-se a existência de muitos adolescentes em situações de risco, o que continua dando à escola a responsabilidade de oferecer a estes jovens uma opção de mudança dessa realidade, a partir de atividades que vão além do espaço físico da sala de aula”.

... “Diante de tantos desafios, conseguimos desenvolver alguns projetos que, no dia-a-dia, se mostraram adequados às necessidades da comunidade escolar, sendo repensados e reestruturados no decorrer do seu desenvolvimento e aplicação, de acordo com as demandas que se apresenta a cada momento”.

“A escola participa e promove projetos como inclusão total, escola aberta, comunicando com o surdo, educação física para todos, que visam uma maior integração dos alunos especiais com os demais alunos da escola, promovendo a inclusão real e efetiva nesta comunidade escolar”.

“O papel de toda instituição de ensino é proporcionar aos seus alunos os instrumentos necessários para o desenvolvimento de sua vida pessoal e coletiva”.

“A missão do Centro Educacional 04 de Sobradinho II é o esforço conjunto para que os alunos tenham a possibilidade de realizar seus objetivos individuais, mas sempre associando a necessidade de se voltar, também, para a vida coletiva, percebendo a importância de valores éticos e morais que ressaltem o viver em comunidade e para a comunidade”.

Por se tratar de uma instituição educacional inserida numa área periférica, com dificuldades financeiras, carentes de oportunidades de divulgação de momentos culturais, sociais, de melhores condições de vida e de um futuro mais digno e justo socialmente, os alunos que ali estudam levam para a escola seus anseios, desejos e ainda a problemática da violência social, dificuldade de interação, descrédito em suas capacidades como alunos e como cidadão críticos e atuantes e transformadores.

Dessa forma, a escola passa a ser muito mais que um espaço de instrução, mas também de socialização, de oportunidades de momentos de prazer e esporte, aprendizado de profissões, descobertas e envolvimento social, situações percebidas na considerável presença dos alunos nas atividades oferecidas nos finais de semana com o programa “Escola Aberta”, com oficinas de artesanato, esportes na quadra, informática, reforço escolar e outros.

4.3-CARACTERIZAÇÃO DA TURMA ESCOLHIDA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO IV

A turma é composta por quinze alunos, com diferentes níveis de aprendizagem, escrita e necessidades específicas: dez alunos já estão alfabetizados, lendo escrevendo palavras, pequenos textos, frases e parágrafos; cinco alunos conhecem algumas letras do alfabeto, sem estabelecer relação letra e som, estando no nível pré-silábico de escrita. Os alunos dessa turma são portadores de necessidades especiais, sendo quatorze com deficiência intelectual e um aluno deficiência múltipla, onde a faixa etária dos mesmos varia de quatorze a vinte e cinco anos.

O aluno com deficiência múltipla apresenta dificuldade na oralidade e precisa de acompanhamento para se locomover e realizar atividades básicas como ir ao banheiro e beber água, pela dificuldade nos movimentos motores, precisa de ajuda para o registro das suas idéias. O mesmo aluno destaca-se pela concentração, interação, conhecimento da realidade, capacidade de concentração e abstração.

Além do trabalho realizado em sala de aula, alguns desses alunos frequentam salas de recursos onde outras intervenções (psicomotricidade, informática) são feitas objetivando contribuir para desenvolvimento global dos mesmos, bem como têm atendimento na APAE com a preparação e encaminhamento para o trabalho.

O estágio aconteceu com observação, participação e regência de atividades que foram elaboradas com o objetivo de promover e oportunizar situações de convivência social, de estímulo às habilidades do grupo, de promoção da inclusão

educacional e social dos mesmos.

Dentre as oficinas realizadas, a oficina de culinária produziu um resultado muito positivo, pois permitiu a interação, a delegação de tarefas de acordo com as capacidades de cada aluno (leitor da receita, manipulador dos ingredientes, organizador dos produtos, higienização do espaço...), a interação do grupo, reconhecendo suas potencialidades, opinando sobre os resultados, compartilhando os alimentos, as vivências, os erros e acertos.

Outra oficina positiva foi a da produção de artesanato para exposição e comercialização no pátio da escola: como os alunos surpreenderam a todos, inclusive a si próprios: uns tinham mais habilidades manuais, outros dominavam técnicas de convencimento de público, enfim cada qual, com suas capacidades contribuiu para o sucesso do trabalho.

Nas oficinas realizadas no estágio os alunos participaram de forma ativa e prazerosa. Cada aluno com suas limitações, os quais se enquadram em Deficiência Intelectual, TGD e Deficiência Física, buscavam interagir, participando das atividades propostas, discutindo e avaliando e apreciando os resultados, criando novas alternativas para correções necessárias, reelaborando novas atividades a partir das experiências vivenciadas. Portanto, atitudes de dinamismo, criatividade, criticidade e produtividade foram observadas e comprovadas ao longo das atividades desmistificando concepções de que o referido aluno não pode ser autônomo e capaz. Pois, os alunos deixavam transparecer o prazer em se sentir útil, em perceber e vivenciar momentos de atividades práticas de trabalho. Observamos que o aluno com necessidades especiais tem o direito de experimentar esses momentos, de ter uma educação profissional, de ter atendimento reabilitacional e preparação para o trabalho, respeitando seu interesse e suas potencialidades e dentro das possibilidades de encaminhamento para a preparação profissional, por meio de orientação feita por profissionais habilitados em trabalhar com esses sujeitos de aprendizagem. Assim, a educação inclusiva concretiza-se para além de trazer o deficiente para a escola, mas, principalmente, oportunizar sua inserção social.

Estes momentos pedagógicos vivenciados nas oficinas oportunizaram o desenvolvimento das potencialidades infinitas e peculiares dos alunos. Cada qual contribuiu da sua forma, com suas potencialidades, sentindo-se útil e capaz de contribuir para sucesso do trabalho, usufruindo junto dos frutos obtidos. Dessa forma, puderam experimentar os benefícios da inclusão social na escola.

CONSIDERAÇÕES

Finalmente, pode-se afirmar que a inclusão social e escolar, da forma como vem sendo proposta e colocada em prática, apresenta profunda contradição interna entre seu ideário e a realidade objetiva. Se por um lado, parte de uma concepção concreta de homem e advoga uma visão universalizante das riquezas sociais, onde os conflitos e os as trocas relacionais ocorrem tendo como fundamento a diferença e, Poá r conseguinte o crescimento coletivo, por outro lado, desconsidera o caráter excludente da organização

social vigente que com seus mecanismos discriminatórios excluem e prejudicam muito mais o portador de necessidades especiais do que as próprias limitações naturais dos mesmos.

Assim, a inclusão social como horizonte possível e desejável, pode significar uma meta louvável, importante e urgentemente necessária. Porém da forma como tem sido implementada e concebida pelos gestores públicos, pode significar e gerar uma enganosa e inatingível possibilidade. Pois não basta incluir fisicamente o portador de necessidades especiais na escola, é preciso muito mais que isso: assumir, entender e acreditar nesse sujeito como um cidadão capaz de aprender, de se desenvolver e de ser atuante na sociedade. Crédito esse que não deve ser concedido por bondade ou paternalismo, mas como um direito social que precisa ser garantido pelo Estado e por conseguinte, pela escola.

A política de inclusão, apesar de todas as contradições, avanços e retrocessos presentes em discurso, aponta para a necessidade de uma nova perspectiva da educação e do trabalho com o aluno com necessidades especiais. Significa ultrapassar a pesada e injusta estrutura escolar tão segregadora e excludente. Pois incluir precisar ser entendida como uma ruptura com o engessamento social, caso isso não ocorra, toda e qualquer tentativa de mudança rumo à inclusão não passará de mais uma tentativa frustrada, que infelizmente somente a história pode comprovar.

Os pressupostos da economia solidária e os direitos sociais do aluno com necessidades especiais ressurgem assim como fortes armas para se combater e minimizar as desigualdades sociais que, por sua vez, implica em oferecer mais oportunidades educativas, profissionais e sociais ao aluno especial. Entretanto, para que isso ocorra de fato, é necessário que seja reformulada a noção de trabalho e de produtividade que não tem sido uma tarefa fácil numa sociedade capitalista que visa explorar o homem para obter lucros.

O trabalho precisa ser visto e valorizado como uma necessidade humana e um bem coletivo. Aceitar isso significa rever valores e ressignificar o sentido da diversidade humana, ou seja, deixar de ser entendida como conjunto de pessoas que pessoas diferentes e passar a ser concebida como um conjunto de seres humanos que são capazes de mostrar o seu potencial e que também geram crescimento e riquezas, mais para isso precisam de oportunidades, precisam de uma educação inclusiva, justa, de qualidade e comprometida com as causas e necessidades do deficiente, excluído muito mais social do que fisicamente.

PARTE III

PERSPECTIVAS PARA A MINHA ATUAÇÃO APÓS A GRADUAÇÃO

O curso de Pedagogia me possibilitou um olhar diferenciado sobre tudo o que faz parte do meu cotidiano e das pessoas com que convivo.

Aprendi a analisar criticamente os noticiários e a ficar impaciente com a atual situação da Pedagogia, da educação, da sociedade.

Entendo hoje, que as grandes mudanças começam de pequenos atos, que a escola isoladamente não fará o milagre da transformação social, mas que é um instrumento em potencial de mobilização, de conscientização e de disseminação da interação, da inclusão, do desejo e da ação de desafiar as injustiças, a discriminação, a exploração dos mais desfavorecidos.

Portanto, tenho muito orgulho e prazer de estar fazendo do grupo que luta, que vê além das aparências, que acredita na educação pública, inclusiva e de qualidade. Sei ainda que esse processo de mudança parte, de início, da formação do professor, pois todas as pessoas, médicos, engenheiros, advogados, juízes, deputados, senadores, a própria presidenta, comerciantes, donas de casa, cozinheiras, padeiros e pedreiros..., todos, um dia, passaram pelas instruções, que são fundamentais e essenciais da educação, tendo um professor para fomentar-lhe suas capacidades.

Confesso que estou analisando se serei professora atuante em sala de aula, se estarei na parte administrativa e pedagógica, se investirei na orientação educacional, ou ainda, se buscarei atuar como pedagoga em outras instituições públicas. Mas, com certeza já sei e hei de cobrar sempre da minha consciência, que onde estiver atuando lutarei pela valorização da educação, pelos direitos daqueles que são discriminados por dificuldades financeiras, limitações físicas, intelectuais, sociais.

Apesar da desvalorização do professor pelas políticas e pelo Estado, tenho orgulho de passar a pertencer à classe dos profissionais em educação, começando do professor das séries iniciais: quem se esquece do professor com o qual aprenderam a ler e a escrever, plantaram o famoso “feijãozinho”, cantam “meu lanchinho”, de aprender lições de cidadania, mesmo em pequenos gestos do dia a dia. Afinal, o professor muitas vezes, é o primeiro a ensinar á criança as primeiras noções de ética, do que pode ou não fazer, de limites. Este mesmo professor, às vezes, também tem que fazer o papel dos

pais que são tão ausentes na nossa sociedade.

Pude compreender o papel do professor na sociedade, que antes e mais que qualquer outra função, tem que conscientizar seus alunos de seus direitos, de suas potencialidades, de sentirem-se e serem cidadãos.

Apaixonei-me pela arte de ensinar, de ser um professor/ aluno da escola e da vida. Mesmo parecendo utópico, acredito que tenho bagagem suficiente para fazer a diferença de alguma forma. De não ser mais um dos tantos profissionais da área da educação desgostosos, desestimulados e insatisfeitos. Tenho ciência dos males que assolam tais profissionais e sua área de atuação, mas não acho que tudo isso seja motivo de desistência e sim de persistência. Tenho mais vontade de lutar, de educar e aprender. E em especial pela causa dos portadores de deficiências, que são verdadeiros heróis, pois dentro de todas as dificuldades não se permitem desistem. Tais alunos enfrentam dificuldades multiplicadas, carência econômica, social e dificuldades como consequência de sua deficiência. Porém, o que mais me impressiona é ver como apesar de tais empecilhos são presentes nas aulas, muitas vezes indo “a pé” para a escola. Tal situação me comoveu não somente como futura professora, mas principalmente como pessoa, e, portanto, é nessa área que pretendo atuar, buscando ensinar e garantir os direitos que são inerentes a esses portadores de necessidades especiais.

Que me aguardem os governantes, os incontáveis políticos inescrupulosos, os insensatos dirigentes do poder público que pouco ou nada fazem para a promoção da inclusão, da educação para o povo, para os desfavorecidos, para os diferentes, para os desprotegidos política, física, financeira, intelectual e socialmente, farei da minha voz, dos meus gestos e da minha profissão instrumentos de luta, de conscientização, crescimento pessoal, coletivo e social.

REFERÊNCIAS:

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidades?**. São Paulo: Paulus, 2006. (coleção questões fundamentais da saúde).

BLANC, A. **Les aléas de la discrimination positive**. *Esprit*, v.12, n. 259, p. 17-32, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Adaptações curriculares e ação: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos especiais**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

CASTEL, Robert. **Questão social: um conceito revisado**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (coleção primeiros passos).

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. DISTRITO FEDERAL. **Plano orientador das ações das ações de educação especial nas escolas públicas do Distrito Federal**. Brasília: GDF/SEDF/SUBEP/DEE, 2006.

http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/lei_cotas_6.asp

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp

_____. Legislação Específica / Documentos Internacionais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=159&Itemid=311>> Acesso em: 29 abr.2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva - contexto sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTr, 2000.

_____. SINGER, Paul. **Mapa do trabalho informal**. São Paulo: Prática, 2000.

_____. VYGOTSKY, Lev. S. **A construção do pensamento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SARACENO, B. **La fine dell'intrattenimento.** Manuale di riabilitazione psichiatrica. Milão: ETASLIBRI, 1995.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil.** A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

STIKER, H. J. **Quand les personnes handicapées bousculent les politiques sociales.** Esprit (Paris), v. 12, n. 259, p. 75-106, 1999.

ANEXOS

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM SALA DURANTE O PERÍODO DE ESTÁGIO

- Total de 90 horas de estágio divididas em 18 dias, 5 horas aula cada.

13/10/2010

Rotina:

-momento da contação de histórias;

-discussão de ideias;

-estudo de vocabulário novo, com exploração da ortografia;

-visita à horta;

*intervalo divertido;

-produção de texto coletiva: “Intervalo divertido”

14/10/2010

Rotina:

-contação de um conto;

-discussão de ideias;

*momento do filme: “Dumbo”;

-intervalo divertido;

*discussão de ideias sobre o filme e o tema exclusão e preconceito;

*elaboração de uma cata para o Dumbo;

*socialização das cartas produzidas;

15/10/2010

Rotina:

-momento de leitura de uma notícia do jornal diário;

-discussão de ideias;

-leitura e resolução de problemas trabalhando o raciocínio matemático;

*recreio divertido:

*visita à cantina da escola, trabalhando a valorização das profissões;

- *receita culinária com a participação dos alunos;
- produção coletiva de frases sobre a valorização das profissões

18/10/2010

Rotina:

- momento da contação da história: “O nascimento de Jesus”

*discussão de ideias: conceitos natalinos (solidariedade, união, esperança, respeito);

*confeção de cartas para o Papai Noel, que serão endereçadas aos correios que trabalham com projeto de Natal.

*recreio divertido;

- montagem do “Mural Natalino”;

19/10/2010

Rotina:

- momento da contação de história;

- apresentação de álbuns e imagens de várias composições familiares;

- desenho e pintura da própria família das crianças;

*recreio divertido;

- exposição dos quadros familiares

20/10/2010

- momento de socialização de ideias;

- ampliação de vocabulário (ortografia);

-socialização de produtos trazidos pelos alunos, que foram comprados e não utilizados, abordando o tema “consumismo”.

- exposição dos produtos e trocas de acordo com necessidades;

21/10/2010

- dia da coleta de lixo espalhado no ambiente escolar;

- classificação e seleção do lixo coletado;

- produção de frases e cartazes conscientizando sobre o tema;

- fixação dos cartazes na escola;

22/10/2010

- socialização de uma poesia;
- organização dos produtos que serão comercializados no recreio (classificação, preços, atribuição de funções);
- “recreio lucrativo”: venda dos produtos;
- cálculos matemáticos a partir das situações vivenciadas no recreio;
- socialização de ideias para a escolha da utilização da verba arrecadada;

25/10/2010

- socialização de uma história;
- confeção de bonecos de sucata que serão trocados e emprestados aos colegas e no dia seguinte serão devolvidos;

26/10/2010

- socialização das experiências vivenciadas com os bonecos em família;
- produção de texto individual sobre o tema;

27/10/2010

- contação de uma história;
- socialização de ideias;
- criação coletiva de um desenho sobre a história onde cada aluno completará o desenho iniciado pelo aluno anterior;
- exposição e comentários do grupo sobre o resultado obtido;

28/10/2010

- dinâmica do leque da amizade: cada aluno faz um leque, que será utilizado pelos demais colegas para registrar recados, elogios...

29/10/2010

- bingo de palavras com ampliação de vocabulário;
- atividades de psicomotricidade e interação social

-produção de texto coletiva

01/11/2010- FERIADO

02/11/2010- FERIADO

03/11/2010

-momento de socialização de ideias;

-estudo de um texto;

-programação com a classe das atividades a serem desenvolvidas na “Semana Cultural” e estratégias para conseguir os materiais e recursos necessários;

04/11/2010

- socialização de ideias com a exploração de uma poesia envolvendo o tema economia solidária;

-atividades práticas de artesanato para a “Semana Cultural”

-relatório coletivo sobre as atividades realizadas.

05/11/2010

-momento de resolução de situações matemáticas desenvolvendo o raciocínio lógico;

-continuidade de atividades práticas de artesanato;

- relatório coletivo das atividades desenvolvidas.

08/11/201

- momento de socialização de ideias com histórias, ampliação de vocabulário;

-conclusão das atividades artesanais e organização da “Semana Cultural”

-Relatórios realizados ao longo dos dias anteriores.

09/11/2010

-socialização de uma história;

-estudo e ampliação de vocabulário;

-confraternização com o grupo, com um lanche comunitário.

PLANEJAMENTO DAS OFICINAS

1- Intervalo divertido:

Tem como principal objetivo incentivar a interação dos alunos com os demais alunos da escola. Para a concretização de tal oficina, os alunos da turma, com o auxílio da professora, confeccionarão materiais lúdicos e recreativos que servirão como meio de interação durante o intervalo. Tal oficina além de promover a socialização dos alunos, auxilia e desenvolvimento motor e intelectual, e a habilidades manuais dos alunos. Tem como sugestão o uso de materiais recicláveis.

2- Dia do cinema:

Será proposto aos alunos que assistam ao filme *Dumbo*, clássico da Disney, que trata de temas como a exclusão e o preconceito como consequência da diferença, no caso do filme física. Após o filme será feita uma reflexão acerca do tema e será solicitado que cada aluno escreva uma carta “ao Dumbo”. As cartas serão expostas no mural da sala de aula.

3- Dia da cozinha:

Os alunos farão uma visita a cantina da escola para que seja introduzido o tema de valorização das profissões. Para finalizar será feita uma receita simples de pão com o auxílio dos cozinheiros.

4- Natal:

Confecção de cartinhas para o “Papai Noel”, porém as crianças não podem fazer pedidos de presentes para si e sim para algum colega, familiar amigo, ou algo mais macro como para o Brasil, planeta. As cartas serão corrigidas gramaticalmente em sala de aula pela professora.

5- Dia da foto:

Será proposto aos alunos que façam um auto retrato e será realizado um sorteio. Após o sorteio o aluno terá que fazer um bilhete e anexar ao retrato que será entregue ao colega que sorteou. Assim, será estimulado o convívio e bom relacionamento dos alunos em sala de aula.

6- Dia do não preciso:

Será solicitado a cada aluno que pesquise em casa algo que foi comprado que não era realmente necessário ou que não foi utilizado. Em sala de aula cada aluno exporá e comentará sobre o material que trouxe e assim será abordado o tema do consumismo.

7- Problema e Solução:

Cada aluno escreverá um problema que percebe na escola e proporá uma solução que será exposto no mural central da escola.

8- Recreio lucrativo:

Durante uma semana, durante os intervalos, os alunos venderão balinhas, misto quente, bolo...e o valor arrecadado, subtraído dos gastos será investido na própria sala de aula.

9- Boneco:

Serão confeccionados bonecos de balão e farinha. Após pronto cada aluno emprestará o seu boneco a outro colega que terá de cuidar do boneco do amigo por dois dias. No dia de devolver o boneco, será feito uma troca de experiências sobre como foi cuidar do que é do outro.

10- Despedida:

Será realizado no último dia de estágio, em que será confraternizado um lanche e será feito reflexões sobre todo o período de estágio.